



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 117

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

DIÁRIO Nº 117**SUMÁRIOS****120ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva 03****Presenças 03****Abertura da Sessão..... 03****Expediente:**

Ofícios..... 03

Requerimentos 08

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 14

Dep. Péricles de Mello..... 15

Dep. Tadeu Veneri..... 17

Dep. Luciana Rafagnin 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 15

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 16

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 19

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 23

Redação Final 26

2ª Discussão 26

1ª Discussão 27

Requerimentos 47

Encerramento da Sessão 48**121ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva 48****Presenças 48****Abertura da Sessão..... 48****Expediente:**

Requerimentos 49

Pequeno Expediente:

Dep. Péricles de Mello..... 49

Horário das Lideranças:

Dep. Péricles de Mello..... 49

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

3ª Discussão 50

2ª Discussão 50

1ª Discussão 52

Requerimentos 54

Encerramento da Sessão 54**Publicações:**

Atas de Comissões

Finanças 54

DIÁRIO Nº 117

120ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Elton Welter e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Nelson Garcia, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quintero (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Neivo Beraldin e Plauto Miró (06).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Fábio Camargo e Ney Leprevost (02)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
OFÍCIO Nº 430/10/OIN-GP

Curitiba, 23/11/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo anteprojeto de lei, que trata de matéria atinente à recomposição salarial aplicada às tabelas de vencimento básico dos servidores ativos e inativos, titulares de cargos efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da remuneração dos cargos em comissão.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. a segurança do meu profundo respeito.

Atenciosamente,

(a) HERMAS EURIDES BRANDÃO - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal efetivo e dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados em 13,72% (treze vírgula setenta e dois por cento), nos termos do Anexo I desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Anexo I
VENCIMENTO DE CARGO EFETIVO COM 13,72% DE REAJUSTE

R\$ 1,00

Referência/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	2.052,34	2.406,39	2.821,53	3.308,26	3.878,92	4.547,86	5.332,23	6.165,47	7.728,39
02	2.082,25	2.441,44	2.862,63	3.356,45	3.935,42	4.614,13	5.398,50	6.293,41	7.888,76
03	2.112,58	2.477,00	2.904,34	3.405,37	3.992,75	4.681,39	5.465,70	6.424,02	8.052,47
04	2.143,35	2.513,09	2.946,64	3.454,97	4.050,95	4.749,57	5.533,90	6.557,33	8.219,58
05	2.174,58	2.549,72	2.989,60	3.505,33	4.109,93	4.818,75	5.603,11	6.693,41	8.390,15
06	2.206,28	2.586,88	3.033,14	3.556,42	4.169,82	4.888,96	5.673,32	6.832,31	8.564,26
07	2.238,42	2.624,58	3.077,33	3.608,24	4.230,57	4.960,16	5.744,60	6.974,10	8.741,99
08	2.271,05	2.662,86	3.122,22	3.660,83	4.292,21	5.032,45	5.816,87	7.118,82	8.923,40
09	2.304,19	2.701,68	3.167,75	3.714,19	4.354,74	5.105,78	5.890,15	7.266,55	9.108,59
10	2.337,74	2.741,04	3.213,88	3.768,29	4.418,19	5.180,15	5.964,53	7.417,34	9.297,60
11	2.371,80	2.780,97	3.260,70	3.823,23	4.482,55	5.255,64	6.040,01	7.571,26	9.490,54

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO - SIMBOLOGIA "DAS" E "C" REAJUSTADA EM 13,72%

R\$ 1,00

Símbolo	Denominação	Encargos Especiais	Vencimento Básico		Representação de Gabinete	Total com Encargos Especiais	
		Servidor com e sem Vínculo	Servidor com Vínculo	Servidor sem Vínculo		Servidor com Vínculo	Servidor sem Vínculo
DAS-1	-	6.040,01	147,73	738,67	1.125,59	7.313,33	7.904,27
DAS-2	Diretor / Inspetor	5.332,23	130,38	651,91	989,53	6.452,14	6.973,67
DAS-2	-	5.255,64	130,38	651,91	989,53	6.375,55	6.897,08
DAS-3	Coordenador	4.960,16	121,52	607,58	922,21	6.003,89	6.489,95
DAS-3	-	4.888,96	121,52	607,58	922,21	5.932,69	6.418,75
DAS-4	-	4.230,57	103,91	519,55	788,57	5.123,05	5.538,69
DAS-5	-	3.878,92	95,04	475,18	721,22	4.695,18	5.075,32
1-C	-	2.406,39	61,33	306,63	180,21	2.647,93	2.893,23
2-C	-	2.406,39	56,64	283,21	166,43	2.629,46	2.856,03
3-C	-	2.406,39	52,29	261,42	153,62	2.612,30	2.821,43

Exposição de Motivos

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre reajuste a ser aplicado sobre o vencimento básico dos servidores ativos, inativos com paridade de vencimentos e sobre a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tem por objetivo assegurar a manutenção do poder de compra dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dando efetividade ao disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal e artigo 27, X, da Constituição do Estado. A premissa da política salarial desta Corte é a recomposição das perdas salariais.

Assim como o Tribunal de Contas, os Poderes Executivo e Judiciário têm respeitado o direito à revisão geral anual dos vencimentos, garantindo aos seus servidores, ao menos, as perdas salariais ocasionadas pela inflação, medida pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por meio dos sistemas IPCA/INPC.

Entretanto, diferentemente dos Poderes Executivo e Judiciário, aos seus vencimentos básicos do quadro de servidores desta Corte de Contas deixou-se de aplicar, nos anos de 2004 e 2005, o teor do disposto nos artigos supracitados das Constituições Federal e Estadual.

A Tabela 1 demonstra os reajustes gerais concedidos desde 2004, por esta Casa e pelos Poderes Executivo e Judiciário:

TABELA 1 - HISTÓRICO DE REAJUSTES GERAIS – 2004 A 2010								
Ano	Inflação		Poder Executivo		Poder Judiciário		Tribunal de Contas - PR	
	IPCA	INPC	Lei	Índice	Lei	Índice	Lei	Índice
2004	7,60	6,13	---	---	---	---	---	---
2005	5,69	5,05	---	---	---	---	---	---
2006	3,14	2,81	---	---	8,50 *	15.047/2006	---	---
2007	4,46	5,16	3,14 (+) índice complementar	15.512/2007 **	3,14	15.639/2007	3,14 %	15.748/2007
2008	5,90	6,48	4,46	15.799/2008	4,46	15.799/2008	4,46 %	15.955/2008
2009	4,31	4,11	6,00	16.132/2009	5,90	16.165/2009	6,00 %	16.131/2009
2010	---	---	5,00	16.468/2010	7,07	16.542/2010	5,00 %	16.468/2010

Fonte: IBGE

Notas: * Lei 15047/2006 – Reajustou em 8,50% as carreiras do Poder Judiciário (exceto Magistrados).

** Lei 15512/2007 – Concedeu 3,14% a todas as carreiras do Poder Executivo, mais índice complementar que variou de 0,09% a 26,33%.

Conforme pode ser observado na tabela acima, no ano de 2006 o Poder Judiciário reajustou em 8,50% a tabela de vencimentos de seus servidores, percentual próximo à inflação acumulada durante o período de 01/07/04 e 31/12/05. Antes desta data a Lei Estadual nº 14506/04 revisou a mesma tabela de vencimentos e as mesmas carreiras.

Quanto ao Poder Executivo, embora tenha editado lei que trate da revisão geral de vencimentos somente no ano de 2007, o texto da Lei nº 15512/07 esclareceu que estava repondo a inflação acumulada de alguns anos. Em seu artigo 1º, concedeu 3,14% a todas as carreiras,

que representa a inflação de 2006, medida pelo IPCA, e, ainda, um índice complementar que variava de 0,09% a 26,33% repondo a inflação acumulada desde a data da última consolidação ou reestruturação de cada carreira (art. 2º).

O índice, ora pleiteado, de 13,72% (treze vírgula setenta e dois por cento) é fruto dos percentuais inflacionários, calculados pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no período de janeiro/04 a dezembro/05, consoante Tabela 2:

TABELA 2 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – JAN/04 A DEZ/05		
Competência	Índice Mês	Acumulado (%)
jan/04	0,76	0,76
fev/04	0,61	1,37
mar/04	0,47	1,85
abr/04	0,37	2,23
mai/04	0,51	2,75
jun/04	0,71	3,48
jul/04	0,91	4,42
ago/04	0,69	5,14
set/04	0,33	5,49
out/04	0,44	5,95
nov/04	0,69	6,68
dez/04	0,86	7,60
Acumulado 2004	7,60	-
jan/05	0,58	8,22
fev/05	0,59	8,86
mar/05	0,61	9,53
abr/05	0,87	10,48
mai/05	0,49	11,02
jun/05	-0,02	11,00
jul/05	0,25	11,28
ago/05	0,17	11,47
set/05	0,35	11,86
out/05	0,75	12,70
nov/05	0,55	13,31
dez/05	0,36	13,72
Acumulado 2005	5,69	-
Acumulado 2004/05	-	13,72

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Impacto Financeiro e Memória de Cálculo

O impacto orçamentário e financeiro do anteprojeto de lei em comento, observadas as disposições legais, será suportado integralmente pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará, em um acréscimo de:

* R\$ 1.461.933,00 / mês (Um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil reais, novecentos e trinta três reais).

* R\$ 19.289.154,00 / ano (Dezenove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, cento e cinquenta e quatro reais).

Na Tabela 3 são apresentados o histórico da despesa total com pessoal desta Casa e a projeção de gastos no exercício de 2010 e nos três exercícios subsequentes, em comparação ao limite de gasto total possível, segundo as disposições da Lei Complementar nº 101/00, que têm por base a Receita Corrente Líquida (RCL):

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2006 A 2013									
Elemento	2006	2007	2008	2009	2010	2010*	2011	2012	2013
Desp. Total Pessoal	113.120	113.830	125.564	136.924	154.373	158.756	186.525	200.332	215.000
Receita Cor. Líquida**	11.409.182	12.466.463	14.482.742	16.512.268	17.891.578***	17.891.578	19.931.218	22.203.377	24.734.562
Limite (% da RCL)	0,99	0,91	0,87	0,83	0,86	0,89	0,94	0,90	0,87

Notas: * A Despesa Total de Pessoal considera o impacto financeiro sobre novembro e dezembro de 2010, alm do 13 salário.
 ** A variação média da RCL entre 2006 e 2010, de 11,4%, foi adotada para o período de 2011 a 2013.
 *** RCL prevista para 2010 foi divulgada no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do período de set/2009 a ago/2010.
 Para 2013, a dotação orçamentária estimada suporta o crescimento natural das despesas com pessoal, observados os impactos projetados para os próximos exercícios em atendimento aos artigos 16, 17 e 20 da Lei Complementar 101/2000

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA DESPESA PROPOSTA – PROJEÇÃO 2010 – 2013					
	R\$ 1,00				
	Valores Atuais	Projeção 2010	Projeção 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
Receita Corrente Líquida	17.891.578.793	17.891.578.793	19.931.218.000	22.203.377.000	24.734.562.000
Folha De Pagamento/mês	11.607.000	13.068.933	13.330.312	13.596.918	13.868.856
Acréscimo/mês		1.461.933	1.491.172	1.520.995	1.551.415
Acréscimo/ano		4.383.000	19.289.154	19.674.937	20.068.436
Folha De Pagamento/ano	154.373.000	158.756.000	186.525.000	200.332.000	215.000.000
% Despesa De Pessoal S/ Rcl	0,86%	0,89%	0,94%	0,90%	0,87%

Nota: RCL prevista para 2010 e divulgada no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do período de set/09 a ago/10.

O percentual de comprometimento da despesa de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) para o exercício corrente e os três subsequentes são apresenta-

dos no gráfico 1, em atendimento ao preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o percentual gasto dos últimos seis anos:

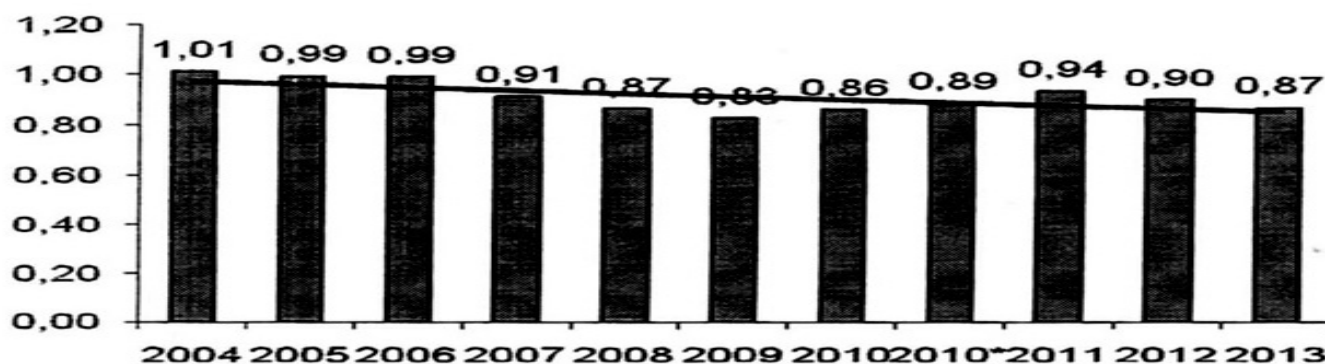


Gráfico 2. Limite de Despesa de Pessoal (% RCL)
 Nota: *Impacto dos meses de nov., dez. e 13º salário de 2010.

A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (incisos I, II e III, artigo 20 da LRF) em 1,36% da RCL, tendo como limite prudencial (parágrafo único, artigo 22

da LRF), 1,29%. Ambos são plenamente atendidos. Abaixo, o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre de 2010 - setembro de 2009 a agosto de 2010.

RGF - ANEXO I (LRF, ARTIGO 55, INCISO I, ALÍNEA “A”)			R\$ 1,00
	Despesas Executadas (Setembro/2009 a Agosto/2010)		
Despesa com Pessoal	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados (b)	
Despesa Bruta com Pessoal (I)	142.787.957,31	6.529.870,98	
Pessoal Ativo	89.833.582,19	5.613.762,14	
Pessoal Inativo e Pensionistas *	52.594.375,12	916.108,84	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (parágrafo 1º do artigo 18 da LRF)	0,00	0,00	
	0,00	6.629.870,98	
Despesas Não Computadas (parágrafo 1º do artigo 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	6.629.870,98	
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	142.787.957,31	0,00	
Despesa Total com Pessoal - DPT (IV) = (IIIa + IIb)	142.787.957,31		
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	Valor		
Receita Corrente Líquida - RCL** (V)	16.343.342.087,66		
% da Despesa Total com Pessoal - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,87%		
Limite Máximo (incisos I, II e III, artigo 20 da LRF) - 1,36%	222.269.452,39		
Limite Prudencial (Parágrafo Único, artigo 22 da LRF) - 1,29%	210.829.112,93		
<p>Fonte:</p> <p>Relatórios SIAF/SEFA: Despesa de Pessoal: SIA-410 Valor Líquido; Restos a pagar: SIA-220;</p> <p>* Pensionistas - Aplicação do Acórdão nº 1568/06</p> <p>** RCL: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA</p> <p>Dados disponíveis na internet, site www.tce.pr.gov.br.</p> <p>Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas</p> <p>a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4320/64;</p> <p>b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do artigo 35, inciso II da Lei nº 4320/64.</p>			

A recomposição inflacionária solicitada neste anteprojeto faz momentaneamente estacionar a tendência de queda observada a partir de 2004, quando o percentual da Despesa com Pessoal era superior a 1% da Receita Corrente Líquida (RCL). Todavia, tal decréscimo percentual retorna já em 2012.

Vale salientar que esse percentual, mais elevado em 2004 e 2005 em relação aos níveis atuais, dificultou a recomposição da inflação ora proposta, gerando consequentemente uma tendência declinante dos limites da referida despesa em relação à RCL nos anos subseqüentes.

Encontra-se anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08), e compatibilidade com o Plano Pluri-anual 2008 - 2011 (Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07).

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento às disposições da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (artigo 17, parágrafo 1º e 2º), que a

despesa, observadas as disposições do artigo 1º, resultante do presente projeto de lei, está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2010 e no Plano Plurianual 2008/2011, não sendo necessária, portanto, a adoção de medidas compensatórias.

Curitiba, 23/11/10.

(a) HERMAS EURIDES BRANDÃO - Presidente

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 4118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificativa de ausência, do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 24 de novembro, devido a compromissos na condição do Presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 4119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 22, 23, e 24 de novembro do corrente ano, por estar representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na Cidade de Foz do Iguaçu.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 4092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de voto de pesar à família Ravedutti pelo falecimento do Sr. Ronald Ravedutti, Presidente da COPEL, ocorrido na manhã desta quarta-feira, dia 24.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia à família.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

É com muito pesar neste momento que presto uma última homenagem ao Presidente da COPEL Ronald Ravedutti, que faleceu na madrugada desta quarta-feira (24) aos 60 anos de idade, vítima de um acidente de trânsito. Seu falecimento deixa uma grande tristeza em toda sociedade paranaense.

Ravedutti trabalhava na Companhia Paranaense de Energia Elétrica desde o início da década de 1970. Ao assumir o comando da COPEL, em 27 de abril, teve coroadada uma carreira de 40 anos de serviços que incluíram passagem por cargos como os de Diretor Financeiro (por duas oportunidades), Diretor de Gestão Corporativa e Diretor de Distribuição.

Ravedutti imprimiu um enorme dinamismo às atividades da COPEL buscando fortalecê-la e torná-la ainda maior e mais importante dentro do setor elétrico brasileiro.

Foi perseguido esse objetivo que a empresa assumiu recentemente importantes desafios, todos conquistados em disputados leilões: uma grande linha de transmissão e uma nova subestação a serem contruídas em São Paulo, e uma usina hidrelétrica a ser erguida no norte de Mato Grosso.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Ravedutti, endereçando a eles, votos de profundo pesar.

REQUERIMENTO Nº 4093

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do Presidente da COPEL, Ronald Ravedutti, falecido aos 60 anos. Ravedutti assumiu a Presidência da COPEL em abril deste ano. Trabalhava na companhia desde o início da década de 70.

Ronald foi Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com o Mercado, em 1994, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores de 2003 a 2004, Diretor de Gestão Corporativa, de 2004 a 2005, também atuou como Diretor de Distribuição por cinco anos.

Nesse momento de dor, resta oferecer à família o apoio e a consideração desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares do professor William Abib Cheidt.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Nadir Rodrigues da Rosa.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4096

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Luis Carlos dos Santos.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Loimar Aparecido de Almeida.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4098

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Guido dos Santos.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Evanil da Silva Pedroso.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Bento Severiano Soares.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Antonio Vaz dos Santos Sobrinho.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Álvaro Martinho Grochowski.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Vilmar Stadler.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Odino Moro Jr.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4105

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de José Francisco de Melo.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Ricardo Enei.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de votos de pesar para os familiares de Frederico Ferreira Pinto Neto.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4110

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Espedito Oliveira da Rocha, ocorrido no mês de novembro de 2010.

Sr. Espedito, homem culto e dedicado à família, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Era dirigente comunista histórico e artista plástico autodidata. Foi colonizador do Norte do Estado. Ativista Sindical, foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Curitiba, onde teve forte atuação política em busca de um País mais justo. Como artista plástico, demonstrou todo seu talento nas esculturas de madeira, tendo várias obras suas em acervos permanentes de museus do País.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Osvaldo Braz de Paula, ocorrido no mês de novembro de 2010.

Sr. Osvaldo, homem dedicado à família, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Foi caixeiro viajante, comerciante e representante comercial, sempre bem humorado, tinha na família seu bem mais precioso. Nas últimas décadas trabalhou no Hotel Lancaster, empresa da família, onde foi um colaborador orgulhoso e dedicado.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4115

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Ilmo. Sr. Presidente da COPEL, Ronald Thadeu Ravedutti, no dia 24/11/10.

Pessoa de caráter nobre, Ronald Thadeu Ravedutti teve uma brilhante carreira de mais de 35 anos junto à COPEL, onde passou por várias diretorias, tendo assumido o cargo de Diretor-Presidente em 27/04/10.

Requer, outrossim, seja dada ciência a família enlutada, na pessoa da esposa, Sra. Tania Cestari Ravedutti.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Ronald Thadeu Ravedutti nasceu em 1950, tendo se graduado em Ciências Econômicas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP), pós-graduado em Economia e Finanças, Engenharia Econômica, Administração Financeira e Análise de Sistemas. Na COPEL, empresa pública na qual ingressou no início da década de 1970, foi Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com o Mercado, em 1994, Diretor de Finanças e de Relações com Investimentos, de 2003 a 2004, Diretor de Gestão Corporativa, de 2004 a 2005, e atuou como Diretor de Distribuição no período de 2005 a 2010. Assumiu o cargo de Diretor-Presidente na data de 27/04/10. Ao longo de todos esses anos, foi um dos grandes responsáveis pelos índices positivos apresentados pela companhia, sempre em defesa do patrimônio. Como ser humano, Ravedutti foi uma pessoa de inestimável caráter e honradez, além de grande amigo e parceiro.

REQUERIMENTO Nº 4121

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de pesar à família Ravedutti pelo falecimento de Ronald Ravedutti, aos 59 anos, em virtude de acidente automobilístico ocorrido na região de Campina Grande do Sul.

Ronald era empregado de carreira da COPEL, onde cumpriu por 40 anos uma trajetória profissional que o levou a ocupar posições como de Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores (em duas oportunidades,

Diretor de Gestão Corporativa, Diretor de Distribuição e, por fim, Presidente, cargo que assumiu no último dia 27 de abril. Ronald deixa viúva, Tânia Cestari Ravedutti, e três filhos Gustavo, Fernanda e Giovanna.

Esta Casa reverencia a memória de Ronald Ravedutti, cuja vida de realizações como administrador e pai de família deixa um legado exemplar de serviço, dedicação e amor ao próximo. O Deputado Teruo Kato e esta Casa associam-se às manifestações de profundo pesar e apresentam à família enlutada as mais sinceras condolências.

Requer-se à Mesa o envio de cópia deste documento à Sra. Tânia Mara.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 4116

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que assina o presente requerimento, valendo-se das prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa, após decisão do Plenário, que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento, aos sócios-proprietários, dirigentes e colaboradores da empresa Globoaves, da Cidade de Cascavel, pelo transcurso do 25º aniversário de fundação, que ocorreu no último dia 18 de novembro.

Do aprovado, também requer o Parlamentar requerente, que seja dado ciência, com a expressão dos votos de permanente prosperidade e contínuo sucesso ao grupo empresarial, nas pessoas de seus ilustres diretores sócios-proprietários Srs. Roberto Kaefer e Velci Kaefer e ainda Alfredo Kaefer, Henrique Helmut Kaefer, Fabiana Kaefer, Maria Arnete Kaefer, Elenita Kaefer e José Saldi Kaefer.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O Oeste do Paraná que tem sido pródigo na produção agropecuária, colaborando especialmente na manutenção de altos índices na balança de pagamentos pelas suas exportações, mesmo num momento de crise mundial, tem mais um motivo para se orgulhar: no dia 18 deste mês viu transcorrer o 25º aniversário de implantação da Globoaves.

Empresa fundada em Cascavel em 1985, especializada na produção de pintainhos de um dia para abastecer o então promissor mercado avícola brasileiro, viu-se rapidamente guindada à condição de maior empresa do setor.

Razão que justifica as comemorações ocorridas no final de semana em Cascavel e que a fazem merecedora dos aplausos desta Casa de Leis e de todos os paranaenses que veem com orgulho, a projeção dessa e das demais empresas que constroem a grandeza deste Estado e do País.

Daí o voto de congratulações que proponho perante esta Casa de Leis, ao patriarca e aos irmãos Kaefer e a todos os funcionários e colaboradores, diretos e indiretos, dessa hoje poderosa empresa.

A história da Globoaves confunde-se com a colonização do Sudoeste, do Oeste e até por que não lembrar, com a do Norte do Paraná.

Enquanto naquela região paulistas e mineiros viram no café, nos primeiros anos do século passado o grande horizonte transformador do Estado, mais tarde gaúchos e catarinenses trouxeram para cá, em outro pedaço deste generoso Paraná, a vocação para o cultivo da terra e das atividades agropecuárias.

Com a família Kaefer não foi diferente. A onda migratória que se direcionou àquelas regiões do Paraná, Sudoeste e Oeste à partir da segunda metade do século passado, trouxe para Toledo o patriarca, Henrique Helmut Kaefer.

À partir de um armazém de secos e molhados, surgiu a vocação para o comércio de produtos agropecuários.

A crescente produção de frangos que se estabeleceu, ofereceu à família Kaefer a oportunidade para a implantação da Globoaves, especializada na produção de matrizes e em incubatórios para produção de pintainhos de um dia em vários pontos do País.

Pioneira em várias tecnologias como a vacinação *in ovo*, três dias antes da eclosão, assim como na eliminação de ovos inférteis pelo escaneamento, a empresa hoje obtém premiações continuadas pela implantação de novas tecnologias.

Suas produções, que alcançam a dezenas de milhões de pintinhos/mês, gerados nos incubatórios do grupo empresarial existentes no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul, dão bem a dimensão da potência em que se transformou a Globoaves.

Igualmente, dá sua extraordinária contribuição para o crescimento da produção avícola brasileira, hoje uma das grandes forças da exportação brasileira a mercados de todo mundo.

Esse breve relato sobre a poderosa empresa montada pela família de Henrique Helmut Kaefer, justifica uma manifestação desta Casa que representa os brasileiros que fazem a construção deste País.

REQUERIMENTO Nº 4117

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que assina o presente requerimento, valendo-se das prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa, após decisão do Plenário, que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento, aos dirigentes, equipe técnica e atletas da equipe COPAGRIL/Faville/Dal-Ponte, da Cidade de Marechal Cândido Rondon, pela conquista do título de vice-campeão 2010 da Liga de Futsal,

na noite de ontem, na Cidade de Jaraguá do Sul, SC, ao jogar contra a Malwee/CIMED.

Mesmo não ganhando o título nacional da competição mais importante do salonismo nacional, a conquista de ontem tem gosto muito forte de campeão, se considerada a performance apresentada pela equipe no decurso do certame nacional.

Com uma trajetória impressionante, a equipe Copagril/Faville/DalPonte, em seu segundo ano de disputa da Liga de Futsal já obteve um feito inédito: foi a primeira equipe do salonismo paranaense a decidir a competição nacional e nela alcançar a segunda posição.

Não poucas vezes, colocada como “azarão” pela imprensa esportiva nacional, a equipe Copagril/Faville/DalPonte surpreendeu com muita garra e determinação grandes nomes do futsal, a exemplo do São Caetano/Corinthians, que perdeu a vaga para disputar a final do certame.

No ano passado, a equipe vice-campeã já havia conquistado o título do Paranaense de Futsal e ficou entre os oito melhores times da Liga Nacional.

Este breve resumo sobre o feito realizado pela Copagril/Faville/DalPonte, justifica prontamente a manifestação desta Casa Legislativa, congratulando-se com a equipe pelo alcançado neste ano, o que engrandeceu sobremaneira o esporte do nosso Estado.

Do aprovado, também requer o Parlamentar requerente, que seja dada ciência, com a expressão dos votos de contínuo sucesso a equipe antes referida, na pessoa de seu ilustre Presidente, Sr. Jaime Benjamin Vilani.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4112

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações pela posse dos membros do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem pela posse dos membros do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná, que assumem com o compromisso de representar a entidade, atuando na coordenação, na defesa, proteção e representação das reivindicações e direitos dos filiados. Estimulando a solidariedade das classes produtoras e a formação técnica, promovendo o bem geral dos associados e a conciliação nas relações de trabalho. Com o objetivo prioritário de promover a defesa de seus legítimos interesses, com fins de estudo, informação, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica da indústria da construção civil.

REQUERIMENTO Nº 4122

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de moção de aplausos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná à FAJAR - Faculdade Jaguariaíva pela inclusão na participação do Projeto Rondon a ser desenvolvido em 2011.

A FAJAR - Faculdade Jaguariaíva, criada em dezembro de 2000 e credenciada pelo MEC em fevereiro de 2003, elaborou pela primeira vez proposta de trabalho visando sua inclusão no Projeto Rondon, e devido a sua excelência e qualidade acadêmica, além dos demais requisitos preenchidos, teve sua proposta aprovada.

O Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.

A referida instituição de ensino ao atender todos os critérios de seleção, sendo eles o mérito, a pertinência e a exequibilidade da proposta, foi incluída na participação do projeto, o que representará um enfático avanço cultural e social não só para a instituição, mas para toda população da região.

Requer, ainda, seja enviada cópia da moção à Faculdade Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 495/10

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Espírita Clélia Rocha, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Espírita Clélia Rocha, é sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e educacional, assistencial, que tem como uma das principais atividades a confecção de material de artesanato, que objetiva a arrecadação de recursos para atendimento de famílias carentes atendidas pela entidade.

O Grupo é formado em sua maioria por senhoras na melhor idade que, com muito carinho e dedicação, amenizam o sofrimento de muitas famílias carentes.

PROJETO DE LEI Nº 496/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Promoção de Saúde Bucal - Gente que Faz o Brasil Sorrir, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente instituição, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, tem por finalidade promover o tratamento preventivo e restaurador para pessoas carentes beneficiárias de projetos sociais, devidamente cadastrados.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 497/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a produção, o consumo, o cadastro, o comércio, o armazenamento e o uso de agrotóxicos que contenham o ingrediente ativo endossulfam em sua formulação.

Art. 2º Os fabricantes de agrotóxicos que tem o ingrediente ativo endossulfam e sua formulação terão o prazo de 90 dias para retirarem do Estado do Paraná os estoques remanescentes de sua fabricação, nos comerciantes, agricultores e de suas próprias dependências.

Art. 3º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração de disposições desta lei acarretará, independente das medidas cautelares de estabelecimento e apreensão do agrotóxico ou alimentos contaminados, a aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de até 50.000 (cinquenta mil) UPF - Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná, aplicável em dobro em caso de reincidência;

III - interdição temporária ou definitiva do estabelecimento;

IV - destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, com resíduos de endossulfam;

V - após a conclusão do processo administrativo, os agrotóxicos apreendidos como resultado da ação fiscalizadora, serão inutilizados.

Parágrafo Único. Os custos referentes a quaisquer dos procedimentos mencionados neste artigo correrão por conta do infrator.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O endossulfam é um agrotóxico largamente utilizado nas culturas de algodão, cana-de-açúcar, café e soja. Pertence ao grupo químico dos organoclorados e a Classe Toxicológica I (extremamente tóxico). Seus isômeros e metabólitos apresentam sérios efeitos negativos ao meio ambiente e à saúde humana especialmente, para o sistema neurológico, reprodutor, endócrino e imunológico em seres humanos - já comprovados por evidências científicas. Estudos subcrônicos sugerem que o fígado, rins, sistema imunológico e testículos são os principais órgãos-alvo (HAZARDOUS SUBSTANCES DATA BANK, 2005).

As populações que são notadamente mais suscetíveis ao endossulfam são os nascituros, os neonatos, crianças (principalmente do sexo masculino, já que o endossulfam possui propriedades estrogênicas e de desregulação endócrina) e também os idosos e pessoas com comprometimentos hepáticos, renais, imunológicos, hematológicos ou neurológicos (NAQVI VAISHNA VI, 1993).

O endossulfam tem características dos inseticidas organoclorados do grupo dos POP (Poluentes Orgânicos Persistentes) por apresentar átomos de cloro a um anel em sua estrutura molecular, conformação que confere elevada estabilidade à molécula.

A meia vida do endossulfam varia de alguns meses a mais de dois anos no solo e de um a seis meses na água, dependendo das condições climáticas e do Ph do meio. (ENVIRONMENTAL RISK MANAGEMENT AUTHORITY, 2007).

A ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem constatado a presença de resíduos do endossulfam em culturas que não tem seu uso permitido, como, batata, mamão, morango, pimentão e uva, sendo um fator de risco para a saúde humana.

Este agrotóxico já tem seu uso proibido em 45 Países. No Brasil uma comissão formada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Ministério da Agricultura (MAPA) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária, reunida em agosto de 2010 decidiu que o endossulfam terá de sofrer uma redução gradativa, na importação, fabricação e uso, até que, em julho de 2013, a venda e o uso estejam totalmente proibidos. Se os trabalhos científicos comprovam a periculosidade deste agrotóxico, não poderemos esperar por mais três anos para abolir este produto em nosso Estado, temos que garantir à população o acesso a uma alimentação mais saudável e evitar que os agricultores sejam vítimas muitas vezes fatais no uso deste agrotóxico. O Estado tem obrigação de promover a defesa do consumidor e zelar pela saúde de todos.

As razões supracitadas me levam a apresentar esta proposição e conclamo os Parlamentares a aprovarem a iniciativa em prol de toda a sociedade paranaense e em defesa do meio ambiente.

PROJETO DE LEI Nº 498/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As viúvas(os) dos(as) Governadores do Estado do Paraná, passam a perceber pensão por morte, nos mesmos termos do contido no artigo 85, parágrafo 5º da Constituição Estadual.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa adequar a situação das viúvas de Governadores no referente à pensão por morte na forma como dispõe.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputado Nelson Justus, membros da Mesa, colegas Parlamentares, cidadãos que nos dão a honra de acompanhar, pela internet ou pela Rede MERCOSUL e TV SINAL, os trabalhos desta Casa. Quem não pode nos acompanhar, temos os valorosos jornalistas que fazem um trabalho muito bom, acompanhando a atividade do Parlamento e de todos nós Parlamentares. O nosso respeito aos membros do comitê de imprensa desta Casa.

Recebo um expediente assinado por vários Coronéis da Polícia Militar, inclusive pelo Comandante, que diz: *Os Coronéis integrantes do Alto Comando da Polícia Militar do Paraná, em consenso e com absoluta unanimidade, respeitosamente vêm à presença de V. Exa. solicitar o seu apoio ao Projeto de Lei nº 419/10.* Há aqui as assinaturas desses Coronéis.

Tenho também aqui do estimado Ronaldo Tavares, que cobra: *O Governo não realiza o pagamento da quarta parcela da reestruturação salarial da Polícia Militar.* Isto foi aprovado em março deste ano por esta Casa e definiu novos soldos para os policiais militares, incorporando todas as gratificações e vantagens, com o objetivo de corrigir os valores e cessar, colocar um ponto final nas perdas salariais decorrentes da omissão do

Governo do Estado em implantar o subsídio em 1998, como determina a Constituição Federal. Dividido em quatro fases, em quatro parcelas, o Governo está dando calote em uma parcela.

Alô, Governador Pessuti, pega mal o Governador dar calote, e logo na Polícia! Se há um compromisso, uma lei, para pagar em quatro parcelas, por que não pagou? Está errado o Governo do Paraná.

Sr. Presidente, neste País há horas em que as pessoas não sabem o que fazer. Parece piada o que vou ler, mas é coisa séria: *Justiça proíbe igreja de tocar os sinos.* Repito: *Justiça proíbe de tocar os sinos.* Houve um tempo em que se tocava o sino na hora de sair o enterro, quando o corpo era levado até a igreja, para anunciar a Santa Missa. Era uma coisa gostosa o sino, ainda que ele faça um pouco de barulho. Mas com tanta coisa para a Justiça se preocupar, querer proibir igreja de tocar o sino? Onde foi isso? Será que foi na África, País de quinta categoria? Deputado Douglas Fabrício, onde é que a Justiça proibiu igreja de tocar o sino? Em Brasília, Capital da República, onde trabalha o Presidente Lula, onde trabalham os congressistas, Deputados Federais, Senadores, onde a imprensa mostrou, há pouco tempo, que nas barbas do Presidente Lula rola o maior crack do mundo! Quase debaixo das janelas onde trabalham os Ministros, os comandantes da República. O crack, a droga rolando abertamente!

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Então, em Brasília, a Justiça ao invés de se preocupar com crack, com drogas, toma a decisão de proibir igreja de tocar sino. A 8ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal manteve liminar o Juiz da 16ª Vara Cível de Brasília, que proíbe a Paróquia São Pedro de Alcântara, de Brasília, de tocar o sino da igreja. A decisão estipula multa de R\$ 1 mil por dia caso a igreja não pare de tocar o sino.

E nós, quando estamos dormindo, é um barulho de madrugada, o desocupado, aquele tipo que está na bebedeira, no mundo da droga, com som no último, incomodando, não trabalha, no outro dia vai dormir até 2h da tarde, o pai é um doutor, é rico, tem dinheiro e o filho, não tendo nenhuma outra ocupação, passa a rodar pela Cidade atropelando quem está na calçada. Isso que deveria a Justiça, em parceria com a Polícia, garantir um pouco mais de sossego para quem precisa dormir e levantar cedo para pegar no batente no dia seguinte.

Sr. Presidente, recebo um e-mail do Ronaldo Tavares. Ele está mostrando, para a nossa vergonha, quanto é um litro de gasolina no Paraguai, que não tem poço de petróleo. No Paraguai um litro de gasolina custa R\$ 1,45 e não tem mistura de álcool. Na Argentina, no Chile, no Uruguai, somados os três Países produzem menos de 1/5 da produção de petróleo do Brasil, e um litro de gasolina, em média, custa R\$ 1,70. O Presidente Lula tem dito que

o Brasil está autossuficiente em petróleo. Tanto é que estávamos até vendendo gasolina para outros Países. Realmente esse cidadão tem razão, é coisa pior que batom na cueca. Batom na cueca não se explica, e do jeito que está aqui também, o comparativo do preço da gasolina que aqui está R\$ 2,60, R\$ 2,59, R\$ 2,80, conforme a ganância do dono do posto, não dá para explicar essa diferença. Com um detalhe, o Paraguai compra gasolina do Brasil e consegue revender para o povo lá a R\$ 1,45 o litro. Daí a explicação que não se explica.

Tomara que o Governo Dilma possa dar um fim nessa situação, porque se o combustível é caro, o custo de vida é mais caro para o povo, o transporte é mais caro, a energia elétrica é mais cara, a comida, o remédio, a roupa, o sapato, o transporte, tudo acaba custando mais caro.

Sr. Presidente, ocupando o cargo de Prefeito da Cidade de Londrina, pudemos construir muitas obras de grande alcance social: a maternidade municipal, onde já nasceram mais de 90 mil bebês, e onde nessa maternidade que construímos a mulher gestante não paga nenhum centavo para ter seu bebê.

Fizemos o PAI, o Pronto-Atendimento Infantil, para cuidar da saúde da criança; conseguimos, com nossa equipe, remover a ferrovia que antes dividia Londrina em duas, a Londrina de baixo e a Londrina de cima; saneamos vales, fizemos calçadão, desapropriamos todos os bordéis da Cidade e contratamos o maior arquiteto do mundo, Oscar Niemeyer, para a construção de uma das rodovias mais modernas deste País. São algumas das muitas obras que fizemos.

E uma outra de grande destaque social é a moradia para libertar a família do pesado fardo que é o aluguel. Eu estava no meu primeiro mandato de Prefeito, por quatro vezes o povo nos elegeu Prefeito e Londrina, e havia o Banco Nacional da Habitação, o BNH, comandado aqui no Paraná pelo grande engenheiro, grande professor, grande mestre, figura de uma honradez extraordinária, o professor Luiz Antonio Velozo de Souza, filho do saudoso Governador Parigot de Souza, um dos homens também mais honrados que já administraram o Governo do Paraná, e ao lado do Luiz Antonio Velozo de Souza, tínhamos ali um grande amigo também, Genard Albuquerque Barreto. O Genard sempre pronto para nos acolher no BNH, nos dar atenção, fazer encaminhamento dos nossos projetos, e tínhamos sempre o *referendum* e o apoio desse grande professor, Luiz Antonio Velozo de Souza.

Quero render aqui, para ficar registrado para a história, se Londrina tem hoje 160 mil pessoas, são 160 mil pessoas que ocupam hoje a sua casa própria, que escaparam dessa coisa triste que é o aluguel, porque o grande sonho das famílias que têm juízo é sair do aluguel e ter a sua casa própria.

E se tivemos grande sucesso no campo habitacional, como Prefeito de Londrina devo ao extinto BNH, o Banco Nacional de Habitação, ao ex-Ministro Mário

Andreazza, ao ex-Presidente João Batista Figueiredo, mas aqui no Paraná as portas sempre estiveram abertas para que esse grande trabalho, essa grande obra social de tirar o povo do aluguel, de oferecer a oportunidade da casa própria, eu contei sempre, sempre, sempre com este grande, valoroso impagável apoio do Dr. Luiz Antonio Velozo de Souza, e do meu amigo Genard Albuquerque Barreto. Registrando, portanto, esta gratidão em nome dessas famílias que passaram a ocupar uma casa construída nesses conjuntos habitacionais, edificadas durante o nosso mandato de Prefeito.

Volto a salientar, se não fosse o apoio aqui na base, no comando do BNH, do doutor, do professor Luiz Antonio Velozo de Souza e do meu amigo Genard Albuquerque Barreto, muita gente, certamente, ainda estaria hoje pagando essa coisa desagradável que é o aluguel.

Registro, portanto, para a história, a gratidão, a homenagem a Luiz Antonio Velozo de Souza e ao Genard Albuquerque Barreto.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna nesta tarde para me opor a um projeto do Governo que defendo, é uma contradição. Todos sabem que a Bancada do PT durante toda a gestão do Governador Roberto Requião, primeiro e agora o Governador Orlando Pessuti foi leal ao PMDB em todas as questões essenciais, tivemos divergências sim, mas nas questões essenciais que dizem respeito aos interesses Estado do Paraná sempre comungamos dos mesmos ideais.

Sentimentos um estranhamento que no final do Governo do PMDB seja remetida a esta Casa, uma lei que permite alterar uma lei ligada a uma empresa estratégica do Paraná a COPEL - que é um exemplo no Paraná, no Brasil, no mundo como empresa bem sucedida - um projeto que altera os dispositivos da Lei nº 1384 de 1953 que instituiu o Fundo de Eletrificação do Estado do Paraná. Essa lei foi alterada pelo ex-Governador Requião em 2004 num momento muito especial: havíamos saído de uma luta histórica contra a privatização da COPEL.

Participei desta luta como Deputado, depois fui eleito Prefeito e Ponta Grossa e companheiros ficaram aqui, foi uma luta vitoriosa que mobilizou funcionários da COPEL, mobilizou totalmente a sociedade paranaense. Foi criado um fórum em defesa da COPEL como empresa pública, contra a privatização, parece que o Presidente era o Nilton Freire, grande constitucionalista, hoje Diretor da Itaipu. O Governador Requião alterou esta lei em 2004, no momento em que saíamos vitoriosos da luta contra a privatização e que muitas coisas na

COPEL já haviam sido alteradas no Governo Jaime Lerner. A COPEL que era uma empresa pública, começou a vender ações para o capital privado no Governo Lerner como início da tentativa de privatização.

Então, em 2004 o Governador Requião mandou uma lei, estabelecendo uma emenda que a COPEL poderia se associar a empresas para empreendimentos, desde que fosse majoritariamente. Se por exemplo a COPEL vai construir em parceria com uma empresa privada uma pequena central hidrelétrica, uma coisa é ter capital majoritário - ela que vai fazer a gestão da empresa segundo o interesse público - outra coisa, é se associar de forma minoritária, a empresa privada é que faz a gestão, ou seja, ela é que está ganhando dinheiro digamos a um custo praticamente zero da empresa pública e ela que vai gerir. Na SANEPAR, sabemos o que aconteceu, a tentativa do Governo Lerner e ele conseguiu o objetivo: passou a gestão e o controle da SANEPAR para um grupo privado internacional, um consórcio privado. Então o Governador Requião, naquela época, para prevenir novas tentativas de privatizar a COPEL, mandou uma lei alterando a lei do fundo, estabelecendo que a COPEL pode participar como sócia, desde que seja majoritariamente.

Nos causa estranheza que agora no final do Governo, o nosso companheiro que admiramos e respeitamos, vamos continuar respeitando sempre, foi companheiro nosso aqui na luta contra a privatização da COPEL, na Bancada do PMDB, o Governador Orlando Pessuti, remeta a Casa o projeto, que altera, mesmo sendo de uma forma indireta. Diz assim: *...de preferência majoritária*. Colocou-se o termo “preferencial”, no texto da Lei nº 1384/53.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Isso significa com todas as letras, Deputado Enio, que se aprovarmos esse projeto, a COPEL poderá se associar com capital minoritário, quem terá o controle será as empresas privadas ou consórcios. Isso tem um efeito cascata, porque se começarmos a somar, somar, somar capital privado majoritário e várias obras e ações da COPEL, é um caminho indireto para que no futuro a COPEL seja novamente privatizada.

Com aparte o Deputado Enio Verri.

O Sr. Enio Verri (PT)

Quero agradecer o seu aparte e elogiar a sua intervenção e fazer aqui uma breve reflexão do que representa para nós a COPEL - como você colocou muito bem - o seu papel estratégico, mas mais do que isso, pararmos para pensar que foi uma grande luta que esta Casa teve - infelizmente eu não estive presente - para defender a COPEL, tendo o seu amplo número de acionistas como sendo um Estado. Isso deu a ela nesses oito anos, gigantesco crescimento. Uma empresa premiada no Brasil

todo, internacionalmente reconhecida e respeitada pelo povo paranaense, que às vezes um movimento como esse que na aparência parece insignificante, na sua essência pode ser determinante para o futuro que se aproxima, fazendo aquilo que tanto esperamos que não ocorra, que é criar lentamente um processo de privatização da COPEL, coisa que já foi provada, não é bom para o Paraná, não é bom para o nosso povo.

Por isso, quero parabenizá-lo pela sua intervenção e dizer que temos que unir todos as forças agora pela manutenção das conquistas do povo paranaense. Esta manutenção está implícita, sem dúvida nenhuma, diria até quase em primeiro lugar, a defesa da COPEL, como uma empresa majoritariamente estadual, inclusive os seus investimentos.

Obrigado.

O SR. PERICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Enio. Ou seja, é uma questão grave, seriíssima, esse fato, altera toda a lógica da COPEL e abre possibilidade enormes para a privatização da COPEL.

É muito grave que estejamos votando de forma açodado diria até, a um mês e meio, antes de terminar o Governo e rapidamente esta lei sendo aprovada nesta Casa. É grave.

Acho que no mínimo, a Assembleia deveria se preservar. Hoje infelizmente faleceu acidentado, o Presidente da COPEL, Ronald Ravedutti, pessoa que conhecia e admirava. Mas, acho que no mínimo tínhamos que fazer uma Audiência Pública, convidar os representantes do antigo fórum contra a privatização, convidar trabalhadores da COPEL, Diretores da COPEL, para que façam esclarecimentos que abram um debate público com a sociedade paranaense, se é correta essa alteração ou não. Isso é o mínimo que a Assembleia deve fazer na minha opinião.

Além de colocar a palavra “preferencial”, que é uma forma indireta de permitir que a COPEL se associe minoritariamente ao capital privado, em suas ações e empreendimentos. O projeto também tira a necessidade de consulta a esse poder. Porque na lei do fundo, qualquer sociedade que a COPEL faça na época majoritária, uma empresa privada, um consórcio tem que ser aprovado por este Poder Legislativo. O projeto Executivo, agora retira essa necessidade. Então, aprovando esse projeto, damos uma espécie de carta branca também para o Poder Executivo, que pode se associar minoritariamente sem passar por esta Casa, sem aprofundar a discussão.

São duas questões muito sérias, fundamentadas nessas questões. Nossa assessoria deu parecer contrário. Apresentamos uma emenda, infelizmente, a emenda que estabelecia o projeto anterior e a transparência. Ela foi rejeitada, pela Comissão de Justiça, desta Casa.

Senão me engano, só o Deputado Tadeu Veneri, que votou a favor da nossa emenda.

Quero fazer um apelo, estamos entrando com um pedido de vistas, para retirarmos esse projeto de discussão e vamos convocar uma Audiência chamar Diretores da COPEL, o novo Presidente se for o caso, para uma conversa mais aprofundada.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para cumprimentá-lo pelo pronunciamento a respeito do projeto da COPEL, que infelizmente nos parece aquela coisa de afogadilho, até sorradeira que vem a Assembleia, eu não sei porque. A retirada da necessidade da consulta ao Legislativo da venda de ações da COPEL, é uma das maiores temeridades que pode ocorrer com relação a empresa. V. Exa. está coberta de razão, apoio a sua iniciativa e enaltecer o posicionamento de V. Exa. Estamos juntos sem dúvida nenhuma com essa posição que V. Exa. assume e a Bancada da PT também.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

É uma posição da bancada, fizemos várias reuniões sobre isso, é uma visão homogênea da bancada de que nós não devemos aprovar esse projeto desta forma temos que ter tempo para discussão profunda e aberta com a sociedade paranaense e vamos pedir vistas por isso.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Há outro problema que está colocado neste projeto e que embora a emenda que a bancada apresentou não tenha sido acatada. Mas há outra situação e que foi levantada aqui pela assessoria jurídica e, quando votarmos esse projeto, se formos votar hoje, ao encaminharmos a discussão possamos fazer esse diálogo com os demais Deputados, que prevê entre outras coisas que não há mais necessidade da Assembleia Legislativa aprovar a alteração de capital de compra ou de venda, não só da COPEL, mas também de outras empresas. Aliás isso está na nossa Constituição e se nós retirarmos, por esta lei estaremos incorrendo num processo que seguramente gerará uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Tenho a impressão que esse foi um processo que passou na CCJ, passou sem que houvesse a percepção necessária, passou na 2ª votação. E, se passar na 2ª votação aqui, fatalmente teremos uma Ação Direta da Inconstitucionalidade, porque o projeto muda por uma lei ordinária aquilo que está prevista na Constituição Estadual do Paraná.

O SR. PERICLES DE MELLO (PT)

Vamos aprofundar o debate, mas uma coisa que tem uma interface, tem relação digamos: recebi uma denúncia contra a ANEEL que diz respeito as Pequenas Centrais Hidrelétricas do Paraná. É uma denúncia que parece ser grave, tenho uma assessoria técnica preparando um requerimento. A denúncia é que uma porcentagem grande das Pequenas Centrais Hidrelétricas do Paraná, foram concedidas de forma irregular, um grande número, e a base dessa irregularidade é que a ANEEL

para liberar a concessão, faz o chamado registro ativo do projeto básico. Então, quando aprova o projeto de uma central em determinado lugar, seção do rio tal, ela tem que publicar no Diário Oficial para que fique público e as outras pessoas interessadas, os proprietários da área a ser alagada possam entrar com um projeto de forma concorrente.

A denúncia que eu recebi, é que uma porcentagem grande das Pequenas Centrais do Paraná a ANEEL deu esse registro ativo e não publicou, ou seja, não teve a possibilidade de outros interessados participarem da tentativa de fazer a central e, aquela primeira empresa proprietária que fez o registro ficou com o direito adquirido sem que houvesse possibilidade de concorrência nenhuma. Recebi essa denúncia a semana passada e, tem questões técnicas que estão sendo aprofundada, estamos trabalhando e vou apresentar nesta Casa um requerimento a ANEEL para que pegue toda a documentação da legalização e concessão dessas Pequenas Centrais Hidrelétricas do Paraná, para que possamos analisar com mais rigor uma questão que é de interesse público.

É um debate que está começando e podemos debater mais na discussão do projeto. É o apelo que faço a toda Assembleia Legislativa aos companheiros do PMDB, que possamos retirar esse projeto e fazer uma Audiência Pública e aprofundar esse debate no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Deputado Péricles já colocou muito bem a preocupação que estamos levantando com essa questão da COPEL. Obviamente que no horário das votações na possibilidade de encaminhar a votação, é possível fazer esse debate.

Quero hoje fazer referência ao projeto, que nós, ontem, na CCJ em Sessão Extraordinária eu e o Deputado Quintero aprovamos, que é justamente o projeto que tem sido debatido aqui nos últimos dias, nos dois últimos meses, com relação à Defensoria Pública.

Havíamos tido aqui na parte da tarde uma Sessão que foi esvaziada, não houve quórum, os Deputados se retiraram do plenário. Depois por um entendimento com o Presidente da CCJ e outros Deputados que compõem a CCJ, foi feita uma Sessão Extraordinária. Obviamente que dos 44 projetos, cerca de 30 projetos foram aprovados. Aprovou o Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Entende o Deputado Reni Pereira e outros Deputados, que deve o projeto por ter impacto financeiro ser encaminhado a Comissão de Finanças.

Conversamos ontem que se a Comissão de Finanças fizer a devolução desse projeto a tempo de ser votado, ainda que numa única votação, na primeira votação, para

que tenhamos a votação da sua constitucionalidade aprovada nesta Casa, certamente a segunda votação poderá ficar para março do ano que vem, mas de qualquer forma já teremos encaminhado o processo de uma maneira que para o próximo Governo, mesmo que entenda que deva fazer alterações, o projeto já estará votado na Comissão de Finanças, já estará votado em 1ª votação em plenário.

Falo isso, porque me parece, que essa é uma posição que discutimos entre os diversos Deputados. Pela primeira vez em 19 anos, porque vários projetos já foram tentados ser votados e não puderam ser votados e não puderam ser aprovados, porque não temos legalidade e legitimidade para aprová-los na CCJ, quando tem origem na palavra dos Deputados.

Ontem, pela primeira vez nesses últimos 19 anos conseguimos aprovar esse projeto, justamente porque é originário do Governo do Estado.

Faço esse registro, porque me parece importante que a partir de agora, da mesma forma como fizemos ontem, continuemos tendo o mesmo cuidado e na Comissão de Finanças aquilo que for necessário, o Deputado que seja o relator possa pedir às Secretarias, para que elas enviem os dados necessários, e ainda se possível, nesse ano fazermos a primeira votação que seria a votação da constitucionalidade, que foi exatamente o que votamos ontem a constitucionalidade.

Após isso é possível que o novo Governo Beto Richa se entender que deve fazer um substitutivo geral, uma modificação ou qualquer outra coisa remeterá esse substitutivo é que será votado posteriormente após passar também pela CCJ e também se for o caso, pela Comissão de Finanças.

Estou fazendo esse registro, porque acho que é importante que tenhamos a continuidade desta que é uma luta do povo paranaense. Hoje Deputado Quinteiro, V. Exa. que tem se empenhado, para que tenhamos a Defensoria Pública no Estado, assim como outros Deputados, como as Deputadas Rosane, Luciana Rafagnin, outros Deputados aqui.

Mas hoje foi aberta formalmente uma solenidade que houve na Universidade Federal do Paraná, a campanha e o fórum que pretende também dar estímulo, para que os Deputados tenham um prazo para que possamos votar aqui a Defensoria Pública e instalá-la de fato que é "Defenda a Defensoria".

Esta campanha conta não só com a Universidade Federal do Paraná mas também com a OAB, com os demais segmentos da sociedade. Antes de encerrar, gostaria de fazer um registro que parece importante, para aqueles que são advogados e que têm dito que o Governo do Estado tem um convênio com a OAB para advogados dativos. Pois bem, há um parecer e na semana que vem vou trazê-lo, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exarado neste último mês em que determina que para ser válido aquele convênio entre a OAB e o Governo do Estado, é preciso que se instale, primeiro, a Defensoria Pública. Ou seja, o convênio de R\$ 53 milhões, assinado

pelo Governador Roberto Requião, pela Ordem dos Advogados do Brasil, não permite que sejam repassados recursos do Governo do Estado para este convênio antes que, de fato, tenhamos aprovado o projeto de Defensoria, constituído o corpo de defensores. Aí sim, obviamente que de uma forma suplementar e também de forma a contribuir, teremos este convênio, para aqueles locais onde não temos Defensoria ou defensor, para aqueles locais onde seja necessário que hajam advogados dativos, neste processo de convênio com a OAB e o Governo do Estado.

Me parece que é bom que esclareçamos isto, porque algumas vezes ouvi aqui informações erradas e gosto sempre de lembrar inclusive com relação a números. Não criamos números. As dúvidas que houverem, procure a LDO, o Orçamento, o Quadro de Pessoal e todas as dúvidas pendentes poderão ser dirimidas. O que espero é que ainda este ano possamos fazer a votação deste projeto, que não é um projeto da Assembleia e nem em discussão, Deputados, mas sim um projeto do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedemos a palavra, ainda no Pequeno Expediente, à Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente me somar ao pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri, parabenizar a CCJ pela aprovação do projeto, ontem, da implantação da Defensoria Pública. Sabemos que este é um anseio do Paraná e acredito que é incoerente da nossa parte, quando na Ordem do Dia de hoje temos um projeto que aumenta as taxas das custas judiciais. Ao mesmo tempo não votamos a implantação da Defensoria Pública.

É importante analisarmos o que estamos votando e o que significa nossa votação, nesta Casa de Leis em relação a estes projetos, com relação diretamente ao povo do Paraná, e é o povo que mais precisa de apoio. Deputado Augustinho Zucchi, que preside esta Sessão, acredito que V. Exa. também concorda que nós estaremos sendo incoerentes com o povo do Paraná, quando não votamos e adiamos a implantação da Defensoria Pública e ao mesmo tempo deixamos em pauta ou votamos - já quero deixar claro meu voto contrário - o aumento das taxas de cartórios, das custas judiciais.

Também quero me somar ao pronunciamento do Deputado Péricles de Mello naquilo que se refere à nossa COPEL, nosso grande patrimônio. Estive aqui defendendo nossa COPEL. Passamos praticamente 20 horas sem sair deste plenário, não é justo e não podemos concordar - de forma alguma - com este projeto.

Quero também convidar a todos, amanhã acontece uma manifestação pública contra a violência à mulher. É o Dia Internacional de Combate à Violência à Mulher, é

internacional. E por isso, teremos aqui em Curitiba, na Capital do Estado, na Boca Maldita, a partir das 17h, uma manifestação pública, por diversas entidades, pelos movimentos que defendem a mulher e combatem a violência contra a mulher. Queremos convidar a todos para participarem deste ato.

Infelizmente temos no nosso País, no Estado e nos Municípios, muitas mulheres que são vítimas de violência de diversas formas, como a violência física, sexual, diferentes formas de violência que não conseguimos combater, embora inibimos bastante com a Lei Maria da Penha, mas não conseguimos combater de fato os tipos de violência que ocorrem com a mulher. E uma das reivindicações que as mulheres estão fazendo, especialmente o Fórum Popular das Mulheres, é que esta Casa vote o projeto que já foi encaminhado pelo Governador Orlando Pessuti e que está aqui tramitando pelas comissões, o projeto que cria a Secretaria Estadual da Mulher.

Então, gostaríamos de reforçar esse pedido a todos os Parlamentares, principalmente à nossa CCJ, ao Deputado Durval Amaral, para que possamos realmente ver aprovado esse projeto nas comissões e que possamos, até o final deste ano, ver aprovado aqui o projeto que implanta a Secretaria Estadual da Mulher. Tenho certeza de que isso vai contribuir e muito para que possamos fazer um grande trabalho, que o Estado possa prestar um grande trabalho no combate à violência à mulher.

É importante dizer aqui que com a criação da Lei Maria da Penha, tivemos muitas mulheres que tiveram coragem de começar a denunciar a violência que sofrem, seja na rua ou seja muitas vezes dentro da sua própria casa. Mas, muitas mulheres ainda se calam porque não encontram um apoio, porque não temos casas de apoio às mulheres vítimas de violência, não temos ainda Delegacia da Mulher para que as mulheres possam se dirigir a essa delegacia e fazer o registro da violência à qual ela está sendo submetida.

Então, é importante que possamos fazer esse debate nesta Casa, é importante que possamos fazer essa reflexão no dia de amanhã, o Dia do Combate à Violência, e que possamos dar alguns encaminhamentos para fazer a nossa contribuição, a nossa parte para que as mulheres sofram menos violência possível, e quem sabe, um dia vivamos realmente em uma sociedade de paz, porque a violência não leva a nada, a violência gera a violência.

Agora, queremos e lutamos para ter uma sociedade igualitária, onde homens e mulheres sejam respeitados e onde possamos andar livremente pelas ruas sem ter medo de sofrer algum tipo de violência.

Muito obrigada, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna para falar um pouco de um grande paranaense e brasileiro que perdemos no dia de hoje, que se trata do Ronald Ravedutti, que presidia a COPEL, a nossa Companhia Paranaense de Energia, que ao longo da sua vida dedicou os seus melhores anos para promover a defesa do interesse público como empregado de carreira dessa empresa pública, ele foi uma pessoa profundamente comprometida com o seu tempo. Quando lutamos para poder manter a COPEL empresa pública, na trincheira de luta estava o Ronald Ravedutti. Sempre firme, uma pessoa com uma profunda ligação com os temas que envolviam a área da geração de energia, da transmissão de energia, da transmissão de dados, trabalhando e tratando, diga-se de passagem, sempre à luz do interesse público. E durante praticamente oito anos, durante o Governo Requião ele foi Diretor da COPEL em várias áreas, quando presidiu a empresa o ex-Presidente Rubens Ghilardi. E o Ronald Ravedutti, de forma também muito leal, sempre recebeu cada um dos Parlamentares desta Casa com as reivindicações que tantas vezes levamos dos Municípios, das comunidades que representamos. O Ravedutti sempre foi uma pessoa, que embora fosse um técnico, fosse um profissional de carreira da empresa pública, sempre teve uma grande sensibilidade política, mas principalmente uma sensibilidade social.

A perda do Ravedutti é muito grande para nós também do PMDB, por isso que falo aqui no horário da Liderança do PMDB. Ele que era uma pessoa profundamente comprometida com o nosso partido, uma pessoa que também sempre teve lealdade conosco nesses anos todos de luta, fortalecendo o nosso partido. E muito especialmente, quero falar aqui em relação ao Norte Pioneiro. Porque ele, platinense, tinha casa em Santo Antônio da Platina, e era para lá que ele sempre voltava quando podia, porque ali é a sua terra. Recebi a notícia do Deputado Alexandre Curi, eu fui tomado de profunda dor e de luto, porque indiscutivelmente nós perdemos um grande paranaense.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado Deputado Romanelli. Quero me somar ao seu pronunciamento, eu como Vice-Líder da Oposição do Governo tenho que reconhecer o Ronald Ravedutti como uma pessoa, não só muito preparada tecnicamente pela sua carreira, pela sua história, mas também um atendimento gentil, educado, uma pessoa preocupada em resolver os problemas de todos que o procurassem.

Tive oportunidade de conversar algumas vezes com ele para buscar soluções em problemas que precisavam ser resolvidos, e sempre ele mostrou boa vontade.

Não só isso. Quero também lamentar esse acidente que o levou para bem longe de nós. Quero deixar aqui as palavras de conforto à família, a todos os amigos. Falo e me arrepio, porque é uma coisa que não queremos para ninguém, é uma coisa que vai acontecer na vida de todo mundo, mas queríamos que fosse depois, se pudesse, dos 100 anos. E nesse caso foi não só uma carreira interrompida, brilhante carreira, como também de uma espetacular pessoa. Que Deus o abençoe.

Parabéns pela iniciativa do seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Douglas. Agradeço pelas palavras, e obviamente todos estamos consternados.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Muito rapidamente, Deputado Romanelli. Também quero me somar às palavras de V. Exa. Conheci o Sr. Ravedutti há algum tempo e estive agora, na última segunda-feira, com alguns Deputados Federais da nossa bancada discutindo a COPEL. E o homem que lá estava fazendo a apresentação da empresa não era uma pessoa que ocupava um cargo comissionado na direção de uma estatal, de uma autarquia, de uma economia mista. Era um apaixonado pela empresa, que colocou os problemas, as dificuldades, as expectativas e perspectivas da empresa, muito preocupado com o processo licitatório das concessões públicas que terá que acontecer, muito preocupado com os investimentos, mas falava de uma COPEL do Estado do Paraná, não da COPEL do Governo Requião, do Governo Orlando Pessuti. Então, 40 anos da COPEL não poderia ser diferente. É uma pena para a família copeliana, para os paranaenses e para o Brasil a perda dessa pessoa tão importante para nós.

Parabéns pelo vosso pronunciamento e some-se o meu nome a ele.

Obrigado.

O Sr. Fernando Scanavaca (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado, está de parabéns por essa homenagem que está fazendo ao Ronald Ravedutti. Quero dizer que não foi só o Paraná que perdeu não. Acho que Santo Antônio da Platina também perdeu um grande homem que, com certeza, pelas palavras dele, tinha uma pretensão política de dar uma colaboração a Santo Antônio da Platina, sendo candidato a Prefeito nas próximas eleições. Tenho certeza que se o Ravedutti fosse eleito Prefeito daquela Cidade iria fazer o mesmo trabalho que fez como Diretor da COPEL e como Presidente da COPEL. Acho que, além do Paraná, Santo Antônio da Platina perdeu um grande cidadão que ia, no final, depois da aposentadoria da COPEL, dar sua contribuição para o desenvolvimento de Santo Antônio da Platina.

Era isso, Sr. Deputado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado Romanelli?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, que bom se todos os políticos que estão em cargos públicos fossem como o Ravedutti. Ontem, às 18h38, está registrado aqui no meu celular, ele me retornou uma ligação. Eu havia ligado para ele, estávamos nos falando quando caiu a linha e ele retornou no meu celular. Ele me ligou imediatamente para dar uma satisfação.

Quero me somar ao seu pronunciamento dizendo que o pouco tempo que convivi com ele sempre foi um excelente político, agente político, um homem público muito interessado em resolver os problemas, dando muita atenção. Quando precisei marcar uma audiência, ele disse: "Não precisa marcar, venha aqui que eu atendo na hora!" Então, quero prestar esta homenagem a ele, a família dele, que é muito difícil perder alguém nessa situação, mas fica o exemplo de um homem que foi um servidor que atendeu a mim, que represento uma parte dos eleitores deste Estado, me atendeu muito bem, e atendeu algumas reivindicações nossas. Mais uma vez, os nossos sentimentos à família e fica a imagem dele, a imagem no meu telefone aqui, de um cara que tinha o devido respeito com os Parlamentares.

É isso, Deputado Romanelli.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Gostaria de me somar, também, ao vosso pronunciamento, às manifestações feitas pelos nobres Pares. Sem dúvida alguma, evidentemente, a família perde, os amigos perdem, mas o Estado do Paraná está perdendo um grande agente político, um homem dedicado. Como disse com muita propriedade o Deputado Jocelito, um homem abnegado, sem restrições, sem burocracia, sem dificuldade, um homem disposto a realmente doar-se para ajudar na construção de um novo Paraná, de uma COPEL mais forte e de uma população mais feliz. Sem dúvida alguma, a surpresa que tivemos hoje, ao saber da notícia, nos trouxe tristeza, nos trouxe descontentamento, mas trouxe-nos também o exemplo de uma boa pessoa, de um grande servidor público, de um grande amigo, de um homem muito competente e, certamente, pelas informações que temos, de um grande pai, de um grande cidadão paranaense.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Artagão Júnior.

Presidente, concluo dizendo que eu, sobretudo, perdi um grande amigo. Eu gostava muito do Ravedutti. Ele era um bom descendente de italianos, como eu. Andamos até brigando, no bom sentido, por causa da questão que envolve a construção da Arena, ele não queria que fizéssemos o projeto de naming rights. Creio eu que o Ravedutti foi uma pessoa que, como bem disse a

Deputada Rosane Ferreira, nas suas palavras, que ele tinha uma profunda paixão pelo que fazia. Ele defendeu esta COPEL firmemente e é uma pessoa que fará muita falta na vida pública, seja do Estado do Paraná ou da querida Santo Antônio da Platina - era esse mesmo projeto que sonhava o Ravedutti, um desafio terrível. Ele falava que amava esta Cidade e tinha um amor por Santo Antônio da Platina.

Fica esta singela homenagem. Subi aqui para falar em nome da Bancada do PMDB, mas tomo a liberdade de falar em nome desta Casa, pelo profundo pesar, pelo falecimento deste grande paranaense e brasileiro Ronald Ravedutti.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, Deputado Romanelli, pelas suas palavras. De igual maneira, a todos os oradores que se pronunciaram, esta Assembleia soma-se a todas as homenagens feitas ao Presidente da COPEL, Dr. Ravedutti.

Bloco PPS/PMN; Bloco PSB/PRB/PV; Democratas; PSDB; PDT; Liderança do Governo.

(Todos declinaram)

No horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi uma parte do discurso da Deputada Luciana Rafagnin.

Respeito à opinião de cada Parlamentar, de cada Deputado, ainda mais quando se trata de assuntos que interessa a questão administrativa, que envolve de uma ou outra forma a sociedade do nosso Estado ou a sua população. Ouvi também a Deputada falar da criação da Secretaria da Mulher. Não somos contra, pelo contrário.

O que não concordamos e já falamos aqui desta tribuna é em relação a alguns projetos, que foram enviados pelo Governo do Estado nos últimos dias a esta Casa, que mexe com a estrutura do Governo do Estado organizacional. Não podemos admitir e permitir que no “apagar das luzes” ou no final de um Governo, ele envie mensagem para esta Casa propondo a criação de duas Secretarias, a Secretaria da Mulher - que o atual Governo está pedindo para que seja criada e - a outra, uma Secretaria Especial, com relações institucionais. Esta segunda Secretaria - com relações internacionais - é especial. Temos oito secretarias que foram criadas. Acho que pelo Governador Jaime Lerner foram quatro, cinco ou três - não me recordo o número. Depois, o Governador Requião aumentou para oito Secretarias especiais e agora mais uma Secretaria, que o Governador Pessuti está criando.

Ora, não dá para aceitar, que o atual Governo venha querer mexer com a estrutura de Governo do próximo Governador. Daria para aceitar, se fosse um pedido

do futuro Governador Beto Richa, que havia feito essa solicitação. Ele até poderia fazer o pedido da equipe de transição. Mas, temos que entender que no último dia 03 de outubro, os eleitores do Paraná elegeram o Beto Richa no 1º turno. Ele foi eleito. E temos que respeitar a vontade popular e a vontade da maioria dos eleitores. Temos que aceitar esse resultado. Agora, não podemos aceitar que o atual Governador queira ditar as normas o que deve ser feito a partir de 1º de janeiro.

Já disse por inúmeras vezes e gostaria de repetir, tudo o que o Orlando Pessuti precisa para terminar o seu Governo, que termina dia 31 de dezembro, nós Deputados estaremos aqui para votar os seus projetos. Precisa suplementar alguma obra, orçamento, precisa abrir uma rubrica ou suplementá-la, vamos aprovar. Principalmente das obras iniciadas neste Governo. Não queremos atrapalhar. Mas, ele tem que entender e nós Deputados temos que entender que qual é a pretensão do futuro Governador Beto Richa que assume dia 1º de janeiro? Será que ele vai querer criar só a Secretaria da Mulher ou junto à Secretaria da Família, da Criança e Adolescente? Aliás, diga-se de passagem, que o Governador que antecedeu o Roberto Requião, que era o Jaime Lerner, tinha naquela época e foi criada pelo ex-Governador a Secretaria de Estado da Criança e dos Assuntos da Família. E brilhantemente dirigida pela saudosa Fani Lerner que recebeu premiações diversas pelo trabalho que ela fez para o lado social. E o ex-Governador Roberto Requião extinguiu essa Secretaria. E a Secretaria da Família de Assuntos da Criança, é lógico que envolve a mulher também.

Agora, não podemos aceitar que se passaram sete anos e não se criou a Secretaria e o Governador quer criar para o próximo Governador. Lógico que cabe ao Beto Richa a criação ou mudanças das Secretarias. E não cabe a este Governo fazer alterações na nomenclatura das Secretarias ou criar novas, que serão implantadas a partir do ano que vem. Também falamos sobre isso.

Diversos Parlamentares também tem falado sobre a questão da Defensoria Pública. Acredito que nenhum Deputado é contra. Mas, todos nós temos que ter consciência de que a Defensoria Pública não será implantada este ano, mas sim no ano que vem.

Já disse desta tribuna e gostaria de dizer de novo, o Governador Beto Richa, tenho certeza que também não é contra. Mas, de que forma o futuro Governador vai querer criar a Defensoria Pública? Vai querer envolver as universidades estaduais? E tem curso de Direito, temos sete cursos de Direito hoje nas universidades públicas, temos cursos de Direito nas universidades particulares, que poderão ser feitos convênios, entendimentos com a Secretaria da Justiça envolvendo as universidades públicas e até as particulares, para que serviços também sejam prestados pelos acadêmicos, futuros bacharéis, a exemplo daquilo que está acontecendo hoje na Cidade de Marechal Cândido Rondon,

com o *campus* da UNIOSTE, curso de Direito com a Prefeitura, um convênio assinado em 2006/2007. Quase 8 mil pessoas foram atendidas.

Disse aqui e gostaria de dizer de novo, tínhamos também aqui no Estado do Paraná, Governo do Estado, Tribunal de Justiça e a Universidade Federal tinham um convênio também celebrado com o curso de Direito, para prestar assessoria através dos futuros bacharéis. Esse convênio também expirou, não se renovou, acabou o convênio e acho que aí cabe, sim, uma discussão com o futuro Governador, porque podemos aprovar uma lei de repente, agora, a criação da Defensoria Pública, e ano que vem mudar, alterar essa lei para que sejam incluídos outros dispositivos. Temos que ouvir o Governador e o futuro Secretário da Justiça, não sabemos ainda quem será.

A Defensoria Pública está subordinada à Secretaria da Justiça e é por esta razão que nós Deputados, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, nos manifestamos sobre esta questão. Não somos contra, ninguém é contra.

Agora, não conseguimos entender que se passaram oito anos do Governador, não se falou da Secretaria da Mulher, agora se fala; não se falou das relações internacionais; não se falou da Defensoria Pública, aliás, Defensoria Pública está na Constituição do Brasil, todos nós sabemos, a Constituição Federal foi promulgada dia 5 de outubro de 1988, lá se foram 22 anos e ninguém implantou. Ela funciona hoje precariamente? Funciona, através de convênios.

Quer dizer, tanto tempo se passou e nada se fez. Agora, aprovarmos esta lei e o futuro Governador ter que fazer? Então, vamos ouvir o futuro Governador, de que forma e de que jeito ele quer fazer! Não vamos aprovar as coisas no afogadilho, às pressas!

Seriam estas as colocações que queria fazer, principalmente em relação à Secretaria da Mulher. Claro que concordamos, não só com a Secretaria da Mulher, mas principalmente de família, assuntos da criança, enfim, tudo que pode envolver numa mesma Secretaria.

Então, quer dizer, o campo é muito vasto.

Gostaria de pedir acima de tudo, como disse o Líder do Governo, Deputado Caíto Quintana: cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém; com toda certeza fazem bem.

Então, vamos ter cautela nessas mensagens que estão vindo às pressas, no final, no apagar das luzes, e que não podemos aqui na Assembleia querer fazer ao bel-prazer, de repente, um Governador que está saindo, que é nosso amigo, que foi nosso colega Deputado, foi Presidente da Casa.

Estas as nossas considerações e aquilo que queríamos registrar no dia de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício n° 430/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando o anexo anteprojeto de lei, que trata de matéria atinente à recomposição salarial aplicada às tabelas de vencimento básico dos servidores ativos e inativos, titulares de cargos efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da remuneração dos cargos em comissão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4118, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 24 do corrente mês, devido a compromissos na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 4119, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 22, 23 e 24 do corrente mês, por estar representando esta Casa de Leis na Cidade de Foz do Iguaçu. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 4109, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 068/10, que objetiva acrescentar e alterar os dispositivos especificados na Lei nº 1394, de 11/11/53, que instituiu o Fundo de Eletrificação do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

Em discussão. Em votação.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, queria saber se posso entrar com pedido de vistas a esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vistas? Não há a menor possibilidade.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Questão de Ordem)

Veja, eu fiz um pronunciamento contrário ao projeto, a Bancada do PT é contrária, nossa emenda foi rejeitada, mas acho que podíamos, pela importância, dimensão desse projeto, fazer um acordo aqui dos líderes e fazer uma emenda que surgiu agora uma ideia de que se a COPEL se associasse a empresas públicas, que somado desse o capital majoritário, ela poderia ter uma exceção.

Isto resolveria um caso específico e nós resolveríamos um problema sem escancarar um projeto de lei, na verdade, vai abrir caminho para a privatização. Não sei se existe algum mecanismo aqui no Plenário, um acordo entre as lideranças, se pudéssemos então retirar mais uma ou duas Sessões este projeto para fazer talvez este acordo. Essa é a minha posição, porque caso contrário vamos continuar lutando contra, pelos motivos que falei na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o projeto. A votação será feita no painel. Deputados favoráveis ao projeto votam SIM, os contrários NÃO.

Trinta e seis Deputados votaram. Vai se proceder a apuração: 23 SIM, 12 NÃO. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação o substitutivo geral da CCJ.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na realidade a emenda que apresentamos foi rejeitada. O que estamos votando é o substitutivo, que não contempla a emenda. A emenda que apresentamos volta a preocupação para aquela única palavra, que é objeto de todo projeto de lei, que é: “prefe-

rencialmente”. É esse talvez o grande problema que estamos enfrentando aqui: a única alteração fundamental que a lei em si está sofrendo é que prevê que a COPEL possa se associar a outras empresas, “preferencialmente” majoritária, mas permite também que se associe minoritariamente. Hoje a lei não permite, porque a lei em vigência é a de 2003. A alteração feita pelo Governo do Estado e mandada aqui para esta Casa coloca a palavra “preferencialmente”. Ao colocar a palavra “preferencialmente” abre a possibilidade da COPEL se associar a todas as demais empresas, pequenas, médias ou grandes, PCHs ou não, porque é transmissão de dados, energia elétrica e outras atividades, permite que se associe minoritariamente, ou seja, que 49,9% a COPEL se associe a outras empresas que tenham 50,001 por exemplo. E com o financiamento possível e conseguir no BNDES, a COPEL acabe sendo minoritária na gestão, mas muitas vezes majoritária a arrumar recursos.

Além disso, nosso entendimento, embora haja controvérsias, mas há no projeto a possibilidade de se fazer alteração acionária na COPEL, quando ela compra ações, me parece que é o parágrafo 2º do artigo 4º, quando fala que ela poderá fazer, através de posição acionária, compra ou venda de ações de contratos firmados até 2003, os contratos que estejam já registrados em cartório até 2003.

Qual era o problema que tínhamos antes? É que a lei permitia esse tipo de coisa. E no final de 2003 alteramos a lei para impedir que a COPEL fizesse a mesma coisa que fazia no Governo Lerner, ou seja, minoritariamente se associasse à todas as outras empresas, mas entrasse depois com o patrimônio.

Na nossa Constituição a lei não especifica. Diz o artigo 87:

(Lê o artigo 87)

A lei retira isso. O assessor do Governo, o Marcelo, informa que se não está na lei, mas está na Constituição, vale a Constituição, obviamente. A nossa dúvida e a nossa preocupação é que como não está na lei, qual é o sentido da lei se ela faz uma série de alterações mas não remete em nenhum momento essas alterações a este inciso da Constituição Estadual? Ou seja, estamos fazendo uma lei que entra em descompasso com o que diz a Constituição.

Seguramente podemos aprovar. Aprovamos, teremos uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. É uma lei, que foi feita sem levar em conta o que diz a Constituição. Como que uma lei ordinária pode aprovar uma modificação na compra e venda de ações sem levar em conta que essa modificação tem que ser, obrigatoriamente, autorizada pela Assembleia Legislativa? Ou seja, tira o poder da Assembleia Legislativa de fazer essa autorização. Por isso que estamos solicitando que esse substitutivo não seja aprovado, para aprovarmos a emenda.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero fazer um apelo à Bancada do Governo. Acho um absurdo que nós, a 45 dias antes de

terminar o Governo, estejamos abrindo a possibilidade de privatizar a COPEL. Nos que lutamos contra isso de forma ampla, criamos comitê, fomos às ruas. Não é possível que agora, a 45 dias antes do término do Governo do PMDB, simplesmente alteremos uma lei permitindo que a COPEL seja sócia minoritária em empreendimentos com empresas privadas e abrindo um grande caminho para a privatização.

Conversava com o Governador Requião, quem puder ler o twitter dele agora, ele está estarelecido. Porque toda a lógica dessa lei que estamos mudando aqui, rapidamente, era tentar impedir o caminho da privatização da nossa mais importante empresa pública. O que estamos pedindo aqui é um tempo.

Acabei de conversar com o Presidente da Itaipu Binacional, Jorge Samek, por telefone, e ele colocava alguns senões, o interesse da COPEL em participar com outra empresa pública, uma usina de Mato Grosso, que é muito importante.

Então, poderíamos, se tivéssemos mais um tempo, fazer uma emenda que até permitisse excepcionalmente à COPEL participar de forma minoritária, desde que a sociedade da COPEL, no entendimento com outra empresa pública, tivesse a maioria, o controle majoritário.

Precisamos de tempo. Faço um apelo à Bancada do PMDB, aos outros Deputados, para que votemos pelo menos contra o substitutivo da Comissão de Justiça, aprovando a emenda da Bancada do PT, ou que façamos um acordo para tirar esse projeto mais uma vez, estabelecendo uma emenda que corrija os interesses imediatos do Paraná, mas que não abra caminho para a privatização da COPEL.

Peço inicialmente o voto contrário ao substitutivo da Comissão de Justiça e Redação para aprovarmos a emenda da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

V. Exa. não colocou em votação a emenda substitutiva geral da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estou colocando agora.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Porque, na verdade, o que aprovamos na 2ª discussão, o Projeto de Lei - Mensagem nº 068/10, esse projeto que nós votamos - vamos votar o substitutivo.

O que é o substitutivo? É alteração do projeto porque o projeto veio com o número errado. Na verdade aprovamos aquele projeto que prevê uma escola, em Rio Azul, de R\$ 250 mil. A emenda substitutiva que foi feita pelo Deputado Caíto Quintana altera o número para que possamos votar, que aí sim está a eletrificação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Depois vamos apreciar a sua emenda.

O SR. TADEU VENERI (PT)

O que vale nesse debate todo é o substitutivo, porque o projeto original é outro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

A dúvida levantada pelo Deputado Tadeu Veneri, ela foi alterada na CCJ, porque na verdade no projeto original, por equívoco de redação, constava uma lei que não é a que criou o fundo. Constava uma lei que tratava de assunto diverso. Essa foi corrigida por uma emenda da CCJ, colocando a lei verdadeira, colocando os artigos verdadeiros a serem alterados, por essa criação do Fundo. Os parágrafos inclusive. É uma emenda de correção.

No substitutivo geral que foi apresentado propusemos as seguintes alterações.

(**Lê**):

Art. 1º A alínea “e” do parágrafo 1º do artigo 9º, da Lei nº 1394, de 11/11/53, passa a ter a seguinte redação:

e) desenvolver atividades na área de geração de energia, transmissão de informações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos, de telefonia celular, e outras atividades de interesse para a COPEL e para o Estado do Paraná, ficando autorizada para estes fins e para os previstos nas alíneas “b” e “c”, a participar, de preferência, majoritária ou presente no grupo de controle de consórcios ou companhia com empresas privadas e fundos de pensão e outros entes privados, em licitações de novas concessões e/ou em sociedades de propósito específico já constituídas para a exploração de concessões já existentes, que tenham sido consideradas além das características gerais dos projetos, os respectivos impactos sociais e ambientais.

Essas outras atividades de interesse da COPEL tem uma emenda dos Deputados Tadeu Veneri e Romanelli. Nós acatamos e retiramos a emenda, porque ficaria muito aberto e qualquer coisa seria do interesse da COPEL. Limitamos em cima das atividades de transmissão eletrônica, comunicação e controles eletrônicos, que é o que a COPEL faz.

Segunda alteração: *Artigo 3º Fica incluída uma alínea “f” no parágrafo 1º do artigo 9º da Lei nº 13084, com a seguinte redação: A participação do grupo de controle exigida na alínea “e” deverão estar obrigatoriamente assegurados os documentos de formação de consórcios ou estatutos sociais da sociedade de propósitos específicos, conforme o caso.*

O que quer dizer isso? Para a COPEL participar minoritariamente de um novo empreendimento, obrigatoriamente tem que participar do grupo de controle, já assegurado nos documentos de formação de consórcios. A COPEL não pode ser sócia minoritária e não ter participação desse controle.

O artigo 2º: *Fica incluído o parágrafo 2º no artigo 9º da Lei nº 13384 de 11/11/53 com a seguinte redação: Nos casos de consórcios ou companhias previstas no parágrafo 1º deste artigo e já firmados anteriormente - Deputado Tadeu Veneri, que foi uma das questões que V. Exa. levantou - e já firmados anteriormente à data da publicação dessa alteração. Fica vedado à COPEL efetuar a venda de suas participações, caso ocasionada perda de sua condição majoritária.*

Firmado anteriormente à publicação dessa lei que é proibido vender e entornar minoritário nos contratos firmados anteriores a essa lei.

O artigo 4º do substitutivo está colocando parágrafo 2º ao artigo 9º da Lei nº 1384, que passa a ter a seguinte redação: *Para viabilizar a condição de sócia preferencialmente majoritária da COPEL nas parcerias já formalizadas, fica essa empresa autorizada a adquirir cotas de ações de sócios majoritários pelo voto subscrito no contrato social, registrado na Junta do Estado do Paraná até 20/02/03.*

O que significa isso? Para a COPEL adquirir ações ou cotas dos sócios majoritários, portanto ela sendo minoritária vai poder se tornar majoritária.

Agora, outra questão que se levantou aqui é com referência a não necessitar lei da Assembleia para as ações. Esse é um direito constitucional. Isso não está alterando aqui, porque quando foi feita a Constituição do Estado do Paraná exigiu-se que a lei específica autorizasse. Isso não está tratando aqui, porque é dispositivo constitucional que não está sendo alterado, continua a ter a mesma exigência.

Queria, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que eu, como tantos outros Deputados...

(É retirado o som)

Foi uma guerra dentro desta Assembleia, talvez tenha sido a Sessão Plenária que tenha valido os sete mandatos que estou encerrando hoje, foi a defesa da COPEL. Jamais estaria defendendo qualquer condição que a COPEL viesse a ser privatizada ou ter domínio de empresas privadas.

O que me faz defender essa votação, Deputado Veneri, é que está esgotado o nosso potencial de geração de energia dentro do Estado do Paraná.

Vejo aqui, muitas vezes, a própria Oposição dizer que estamos perdendo espaço para a CEMIG. Estamos perdendo espaço porque ela participa, no Brasil inteiro, de construções de novas usinas.

Então, se formos construir uma usina majoritária de 1 mil mega ou participarmos com 10% de uma usina com 10 mil mega, estaremos com uma nova usina sob a participação da COPEL, embora seja minoritária.

Por que vamos fechar a porta para que a COPEL possa participar na construção de novas usinas? Dou um exemplo típico: a usina do Baixo Iguaçu foi vencida por um grupo do Fundo de Pensão do Banco do Brasil. Ganhou a usina. A COPEL não pode ter participação nenhuma, porque ela teria que ter 51% para participar.

Bom, se a COPEL participar com 30 ou 40%, ela está ganhando 30, 40% de uma geração que ela já perdeu no leilão. Não é dela, ela já perdeu, está consumado. Mas ela poderá, através daqui, participar minoritariamente de uma empresa, e ter, portanto geração.

Acho que não podemos, no momento atual, fechar a porta da expansão da COPEL, e é isto o que me leva a defender este projeto. Longe de mim, e gostaria que alguém pudesse me abrir os olhos antes da última votação se isto tiver algum risco de privatização da COPEL. Eu estaria desfazendo minha biografia dentro desta Casa se fosse defender um risco de privatização. Não é! As atuais usinas, a COPEL não pode vender! Nas novas usinas, onde ela participa, pode participar num processo minoritário, desde que ela, conforme este dispositivo, faça parte no consórcio e inclusive na sua administração, como acontece hoje na SANEPAR, que a empresa privada exigiu participação dentro da administração do consórcio.

Então, é isto, Sr. Presidente, o que estamos votando no substitutivo. Exclusivamente isto.

Quero concluir, Sr. Presidente, o pessoal fala em PCH. As PCHs já foram autorizadas, cento e poucas, que não é pela COPEL, é pelo órgão federal que autoriza. A Assembleia votou a lei autorizando essas PCHs. Portanto, se tiver ou não esta lei e um futuro Governador quiser dar autorização para construção de PCHs, ele vai dar. E a COPEL vai participar, minoritariamente ou não, se quiser. Agora, se não tiver lei, vai dar autorização do mesmo jeito para que existem essas construções. Não está aqui nesta lei diminuir a construção de PCHs ou não.

Gostei muito da colocação feita por um Parlamentar - acho que o Deputado Péricles de Mello - dizendo que se pode rever a legalidade dessas construções. Quanto a isto, o senhor conte comigo para ser solidário nesta luta. Mas, acho que no momento atual não podemos fechar a COPEL, permitir que ela fique do tamanho que está e comece a ser envolvida por outras empresas, concorrentes nossas, que podem participar em eleições fora, embora minoritariamente. Dez por cento de Belo Monte é maior que qualquer usina que temos no Paraná. E a COPEL foi impedida de participar de Belo Monte, porque ela só pode ser majoritária.

É esta a explicação que eu queria dar, do substitutivo. O que faltava amarrar, para ficar bem claro, está aqui no substitutivo. Então, fica a critério dos Deputados a votação, a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a votação. Os Deputados que forem favoráveis ao substitutivo apresentado pelo Deputado Caíto Quintana votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários, com a expressão NÃO.

Trinta e oito Srs. Deputados votaram, sendo 28 com a expressão SIM e nove com a expressão NÃO.

Está aprovado o substitutivo do Deputado Caíto Quintana.

Está em votação agora a emenda de Plenário, com parecer contrário da CCJ, emenda do Deputado Tadeu Veneri.

Vai se proceder a votação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas para esclarecer que estamos votando o parecer da CCJ. Como o parecer é contrário, quem for contrário à decisão da CCJ não pode votar com a decisão da CCJ. É isso? Apenas para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não. Vamos votar agora a emenda ao substitutivo, a sua emenda.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Sr. Presidente, mas vota a emenda ou está votando o parecer contrário da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Só a emenda. O parecer já foi votado na CCJ. Vamos votar agora a emenda do Deputado Tadeu Veneri, que obteve parecer contrário na CCJ. É isso o que vamos votar.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Então, estamos pedindo a votação SIM à emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, só quero esclarecer o voto para uma dúvida do Deputado Tadeu Veneri, porque acho que neste assunto não podem pairar dúvidas. Existem pessoas que colocaram para ele que se a COPEL participar de diversos consórcios ela perde capital, porque poderá se tornar majoritária no final.

Não é isso, porque aqui está assegurando que a COPEL é a COPEL. Ela vai participar de outro consórcio, mas o outro consórcio não vai participar da COPEL e portanto não há o menor risco de que ela seja privatizada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Acho que nem o Deputado Tadeu Veneri tem essa dúvida. É claro que não.

Agora, sim, atenção. Os Deputados que forem favoráveis à emenda do Deputado Tadeu Veneri votam com a expressão SIM e os que forem contrários votam com a expressão NÃO. Favoráveis à emenda do Deputado Tadeu, SIM, contrários, NÃO.

Está em votação.

Trinta e sete Srs. Deputados votaram, sendo 27 NÃO e nove SIM. **Está rejeitada a emenda.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.
(Assentimento)

A Deputada Rosane Ferreira está presente no plenário e na votação está constando como ausente. Pediria uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ela não votou. A Rosane Ferreira não votou.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 347/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos escolares disponibilizarem cadeiras específicas para os alunos portadores de deficiência. **Aprovada. (Publ. no DA nº 082/10, de 03/08/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 397/10, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, que institui no calendário de comemorações do Paraná, o Dia da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil, a ser celebrado, anualmente, no dia 08 de janeiro. **Aprovada. (Publ. no DA nº 092/10, de 30/08/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 418/10, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício nº 1602/10, que revoga dispositivo e dá nova redação ao inciso IX do artigo 288 da Lei Estadual nº 14277/03, e transfere o Distrito Judiciário de Diamante do Oeste da Comarca de Matelândia para a Comarca de Santa Helena. **Aprovada. (Publ. no DA nº 097/10, de 04/10/10, em Ofícios).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre procedimentos a serem observados no âmbito dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC.**

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 602/07

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 602/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As empresas prestadoras do serviço deverão reservar aos idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, duas vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do

serviço convencional de transporte intermunicipal de passageiros.”

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Duílio Genari, Fernando Scanavaca e Alexandre Curi.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa beneficiar os idosos não somente quando da utilização de transporte rodoviário, mas também em outros meios de locomoção, como o ferroviário ou de embarcação.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação da emenda.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Semana Estadual da Pastoral da Criança Zilda Arns, a ser realizada anualmente na última semana do mês de agosto. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 027/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2006. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 862/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 758/07, que altera as tabelas do regimento de custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6149, de 09/09/70 e modificações posteriores. (aumento das custas judiciais). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 862/07

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6149, de 09/09/70, com suas posteriores alterações, a vigorar a partir de 01/01/08, será igual a R\$ 0,141 (cento e qua-

renta e um milésimos de real), correspondendo a aproximados 0,271% (zero vírgula duzentos e setenta e um por cento) da Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPF).

Art. 2º Os valores das custas e dos emolumentos, do Regimento de Custas, passam a vigorar, a partir de 01/01/08, em conformidade com as Tabelas I, II, III, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, e XX, anexas à presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13/12/.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 6149, de 09/09/70, modificada pelas Leis Estaduais nº 7567 de 08/01/82, nº 11960, de 19/12/97 e Lei 13611, de 04/06/02, que dispõe sobre as Tabelas de Regimento de Custas dos Atos Judiciais.

A decisão de propor o reajuste está atrelada ao binômio necessidade-possibilidade, de modo que, se por um vértice se deve buscar a mais justa e completa remuneração do serviço, por outro não se deve afastar a percepção de que a sobrecarga na taxação pode gerar ao usuário limitações que coloquem em risco o próprio direito ao serviço.

O Exmo. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça em proposta sobre o tema, contida no protocolado sob nº 1221109/07-CPJE, datado de 12/06/07, assim se manifestou: *Neste panorama, então, sem prejuízo de se imaginar que a revisão das tabelas (conteúdo e extensão), em estudo interno, é que melhor servirá a alcançar os objetivos da "justa remuneração", a adoção de índice de variação do teto da taxa judiciária no período (R\$ 608 a R\$ 816), ou aproximados 33,99%, como parâmetro para a readequação das custas e dos emolumentos, atende aos objetivos buscados....*

Tal proposição se faz necessária tendo em vista o período de tempo em que tais tabelas de custas ficaram sem atualização, ou seja, desde o advento da Lei Estadual nº 13661, de 04/06/02, que reajustou os valores das custas dos atos judiciais a partir de 01/10/03.

Por fim, registre-se que, em sessão extraordinária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, realizada em 10/12/07, aprovou a proposta do anteprojeto de lei que trata da alteração das Tabelas de Custas, deliberando-se por sua remessa à apreciação da augusta Assembleia Legislativa.

TABELA I	
DOS ATOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
SECRETARIAS	
I. Recursos interpostos para o Tribunal de Justiça ou para os Tribunais Superiores	R\$ 33,50
II. Reclamações, Correções Parciais e Conflitos de Competência	R\$ 33,50
III. Mandado de Segurança	R\$ 33,50
IV. Ação rescisória - 4% (quatro por cento) sobre o valor da causa: Mínimo Máximo	R\$ 17,42 R\$ 80,39
V. Deserção	R\$ 33,50
VI. Alvarás, Ofícios, Editais e Traslados: a) uma folha b) por folha que exceder	R\$ 6,70 R\$ 2,01
VII. Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença	R\$ 30,15
OBS: A este valor será acrescido o montante necessário para o porte postal devido para a devolução. NOTAS: 1. Nos demais processos originários e nos casos omissos serão cobradas as mesmas custas fixadas para a Primeira Instância. 2. A arrecadação total será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.	

TABELA II	
DOS ATOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
SECRETÁRIO	
I - Certidões a) pela primeira folha b) por folha que exceder	R\$ 6,70 R\$ 2,01
II - Registros de diplomas de bacharéis ou cartas de doutores em Direito	R\$ 13,40
III - Autenticação de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria	R\$ 2,01
NOTA - A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS	

TABELA III	
ATOS DA PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA	
SECRETÁRIO	
I - Certidões a) pela primeira folha b) por folha que exceder	R\$ 6,70 R\$ 2,01
II - Autenticação de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria	R\$ 2,01
NOTA - A arrecadação total dos atos acima mencionados será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.	

TABELA VI	
JUÍZES DE PAZ	
I - Pela arrecadação provisória de bens de defunto, de ausentes ou vagos	2%
<p>NOTAS:</p> <p>1. As despesas de conservação e guarda de bens arrecadados serão pagas a parte.</p> <p>2. Pela diligência de casamento em cartório 100,00 VRC - R\$ 14,10</p> <p>Pela diligência de casamento fora de cartório 200,00 VRC - R\$ 28,20</p> <p>OBS. 1: A presente tabela será aplicada até a regulamentação do artigo 98, II da Constituição Federal.</p>	

TABELA VII	
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ	
I - Ao Ministério Público Estadual, nos feitos em que intervém, inclusive notariais e registrais.	R\$ 4,02
<p>NOTA - A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.</p>	

TABELA IX		
ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL, FAMÍLIA E DA FAZENDA		
I - Arrolamentos, Inventários, Sobrepartilhas, Partilha de bens		
Embargos		
Processos de procedimento especial de jurisdição voluntária		
Processos de conhecimento (incluindo procedimentos especiais de jurisdição contenciosa)		
Incidentes procedimentais		
Mandados de segurança		
Medidas cautelares		
Alvarás		
Retificações		
Processos de execução em geral, inclusive de sentença		
Separações, Divórcios e Dissolução da sociedade conjugal		
Alimentos em geral		
Reconvenções		
Falências, Concordatas, Recuperação Judicial e Restituição de mercadoria		
Extinção de obrigações		
Recursos, Exceções e		
Demais ações		
II - Buscas, cada 10 anos	= 66,66 VCR	= R\$ 9,40
Autuação	= 66,66 VCR	= R\$ 9,40
Desarquivamento de processos	= 66,66 VCR	= R\$ 9,40

III - Certidões extraídas de autos, livros ou documentos, e por ofício, edital e alvará expedido: Primeira folha Por folha que exceder	= 66,66 VCR = 20,00 VCR	= R\$ 9,40 = R\$ 2,82
IV - Conferência de reprodução, cópia, ou via de qualquer papel com o original; conferência e conserto de traslado ou pública forma, avisos e publicações de avisos	= 20,00 VCR	= R\$ 2,82
V - Cartas Precatórias: a) recebidas, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação, exceto diligência, condução e porte postal devido pela devolução b) recebidas, pelo respectivo cumprimento para atos executivos ou avaliação de bens, pagamento de impostos expedidas em processos de inventário, arrolamento e partilha de bens em processos de execução em geral, prisão, inquirição, perícia e busca e apreensão: c) expedida, para o respectivo cumprimento, além do porte postal, quando houver	= 1.000,00 VCR metade das custas previstas no item I, mais porte postal. = 66,66 VCR	= R\$ 141,00 = R\$ 9,40
VI - Carta de Sentença Rogatória Mandado de averbação	= 300,00 VCR = 300,00 VCR = 300,00 VCR	= R\$ 42,30 = R\$ 42,30 = R\$ 42,30
VII - Por carta de adjudicação e formal de partilha expedido a) carta de arrematação, remissão e requisitório de pagamento:	= 1.000,00 VCR as mesmas custas previstas no item I	= R\$ 141,00
VIII - Separações e Divórcios Conversões e dissoluções de sociedade conjugal a) havendo bens, acrescentam-se as custas previstas no item I	= 2.400,00 VCR = 2.400,00 VCR	= R\$ 338,40 = R\$ 338,40
IX - Declaração de habilitação de crédito: a) no prazo b) retardatária ou impugnação de crédito	25% das custas taxadas no item I 50% das custas taxadas no item I	
X - Procedimentos administrativos Justificações Protestos Notificações Interpelações	= 600,00 VCR = 600,00 VCR = 600,00 VCR = 600,00 VCR = 600,00 VCR	= R\$ 84,60 = R\$ 84,60 = R\$ 84,60 = R\$ 84,60 = R\$ 84,60
<p>Notas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nos processos de inventários, arrolamentos, sobre partilhas e partilha de bens, as custas serão calculadas sobre o valor integral dos bens objetos dos mesmos. 2. As custas processuais não poderão ser dispensadas, parceladas ou negociadas sem a expressa concordância de seus favorecidos. 3. Nos processos em geral, o cálculo das custas incidirá sobre o valor legal da ação devidamente corrigido, devendo ser observado, para efeito e atribuição ao valor da causa, o contido nos arts. 258, 259 e 260 do CPC. 4. O recolhimento contido no CPC referente às custas devidas pelos atos praticados seguirá os critérios da lei vigente. 5. As custas decorrentes das ações com o benefício da gratuidade processual tomarão por base a presente tabela, devendo ser obedecido o artigo 1º, IV, da Constituição Estadual. 6. As custas remanescentes deverão ser pagas antes do julgamento da causa e sobre elas incidirão correção monetária e juros na forma de lei, a partir de sua inadimplência, podendo as partes devedoras serem inscritas no banco de dados dos ofícios distribuidores. 7. As custas dos processos de alvarás, serão cobradas na proporção de 50% das previstas no item I. 8. Na renovação de inventários por morte do cônjuge ou herdeiro, as custas serão acrescidas de mais 10%. 9. Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética dos Juizados Especiais serão cobrados conforme o item V letra "A". 10. As custas processuais dos Juizados Especiais Cíveis correspondem a 50% (cinquenta) por cento dos valores apontados no item I e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS. 		

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 21.000,00	2.961,00	1.500,00	211,50	Vide nota 6
Até 25.200,00	3.553,20	1.700,00	239,70	"
Até 29.400,00	4.145,40	1.800,00	253,80	"
Até 33.600,00	4.737,60	1.900,00	267,90	"
Até 37.800,00	5.329,80	2.100,00	296,10	"

Até 42.000,00	5.922,00	2.300,00	324,30	"
Até 46.200,00	6.514,20	2.500,00	352,50	"
Até 50.400,00	7.106,40	2.700,00	380,70	"
Até 54.600,00	7.698,60	2.900,00	408,90	"
Até 58.800,00	8.290,80	3.000,00	423,00	"
Até 63.000,00	8.883,00	3.100,00	437,10	"
Até 67.200,00	9.475,20	3.200,00	451,20	"
Até 71.400,00	10.067,40	3.400,00	479,40	"
Até 75.600,00	10.659,60	3.600,00	507,60	"
Até 79.800,00	11.251,80	3.800,00	535,80	"
Até 84.000,00	11.844,00	4.000,00	564,00	"
Até 88.200,00	12.436,20	4.200,00	592,20	"
Até 92.400,00	13.028,40	4.400,00	620,40	"
Até 96.600,00	13.620,60	4.600,00	648,60	"
Até 100.800,00	14.212,80	4.800,00	676,80	"
Até 105.200,00	14.833,20	5.000,00	705,00	"
Até 109.600,00	15.453,60	5.200,00	733,20	"
Até 114.000,00	16.074,00	5.400,00	761,40	"
Até 118.400,00	16.694,40	5.600,00	789,60	"
Até 122.800,00	17.314,80	5.800,00	817,80	"

TABELA X		
ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME		
	VRC	R\$
I. Questões prejudiciais: Exceções; Conflitos de Jurisdição; Medidas Assecuratórias; Incidentes de Falsidade; Perícias em Geral; Reconhecimento de Pessoas e de Coisas; Buscas e Apreensão; Interdição de Direitos e Medidas de Segurança	100,00	14,10
Fiança	120,00	16,92
II. Restauração de autos extraviados ou destruídos.	200,00	28,20
III. Processos em espécie:		
a) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Capítulos I e III, do Código de Processo Penal.	200,00	28,20
b) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Capítulo II do mesmo Código:		
1) Até a pronúncia, inclusive	100,00	14,10
2) Da pronúncia até o julgamento	100,00	14,10
c) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título II, Capítulo V, do referido Código	160,00	22,56
IV. Recursos		
a) Embargos de Terceiro em Sequestro	200,00	28,20
b) Em Sentido Estrito, Apelação e Protesto por novo Júri	200,00	28,20
V. Incidentes de Execução:		
Livramento Condicional, inclusive revogação e reabilitação	60,00	8,46
VI. Certidões:		
primeira folha	40,00	5,64
por folha que exceder	3,00	0,42
VII. Buscas: cada 10 (dez) anos ou fração	2,00	0,28
VIII. Autenticações	2,00	0,28
NOTA - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item III, letra "a" e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.		
OBS.: Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC, conforme Lei nº 10546/93.		

TABELA XI				
ATOS DOS TABELIÃES				
	VRC	R\$	CPC	
I. Reconhecimento de Firma:				
a) sem valor declarado	21,73	3,06		
b) com valor declarado, e por autenticidade	43,60	6,15		
II. Autenticações de papéis, documentos e fotocópias, por ato	20,00	2,82		
III. Procuração:				
- Por outorgante ou outorgado que acrescer	384,62	54,23		
- Em causa própria, metade das custas do item IV desta tabela	10,00	1,41		
IV. Escrituras: (incluído o traslado) sem valor declarado metade do item 1 da tabela abaixo.				
VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 56.000,00	7.896,00	1.260,00	177,66	Vide nota 4
Até 66.000,00	9.306,00	1.485,00	209,38	"
Até 76.000,00	10.716,00	1.710,00	241,11	"
Até 86.000,00	12.126,00	1.935,00	272,83	"
Até 96.000,00	13.536,00	2.160,00	304,56	"
Até 106.000,00	14.946,00	2.385,00	336,28	"
Até 116.000,00	16.356,00	2.610,00	368,01	"
Até 126.000,00	17.766,00	2.835,00	399,73	"
Até 136.000,00	19.176,00	3.060,00	431,46	"
Até 146.000,00	20.586,00	3.285,00	463,18	"
Até 156.000,00	21.996,00	3.510,00	494,91	"
Até 166.000,00	23.406,00	3.652,00	514,93	"
Até 176.000,00	24.816,00	3.872,00	545,95	"
Até 186.000,00	26.226,00	4.092,00	576,97	"
Até 196.000,00	27.636,00	4.312,00	607,99	"
Até 206.000,00	29.046,00	4.532,00	639,01	"
Até 216.000,00	30.456,00	4.752,00	670,03	"
Até 226.000,00	31.866,00	4.972,00	701,05	"
OBS: - Esta tabela não é progressiva.				
	VRC	R\$	CPC	
V. Testamentos:				
a) Público	2.000,00	282,00	Vide nota 4	
b) Aprovação de testamento cerrado	300,00	42,30	Vide nota 4	
c) Revogação	1.000,00	141,00	Vide nota 4	
VI. Constituição de Condomínio e Divisão ou Partilha amigável por unidade, mais	1.000,00 40,00	141,00 5,64	Vide nota 4 Vide nota 4	
VII. Certidões:				
a) Procurações	40,00	5,64	0,00	
b) de escritura - primeira folha	30,00	4,23	0,00	
por página que acrescer	9,00	1,27	0,00	
VIII. Pública forma:				
a) primeira folha	46,00	6,48	0,00	
b) por página que acrescer	30,00	4,23	0,00	
IX. Buscas: por dez (10) anos ou fração	6,00	0,84	0,00	

<p>X. Tratando-se de um só adquirente ou devedor, pessoa física, numa única escritura que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominial, as custas serão cobradas pela forma abaixo:</p> <p>a) pelas três (3) primeiras unidades, custas integrais;</p> <p>b) cada uma das demais unidades, 80% (oitenta por cento) das custas integrais.</p>			
<p>NOTAS:</p> <p>1. Escritura de contrato de financiamento dentro do Plano Nacional de Habitação, a metade das custas fixadas.</p> <p>2. Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nas escrituras de alvarás, talões de SISA, certidões e outros papéis necessários à perfeição ao ato.</p> <p>3. No título que haja incidência de imposto de transmissão de bens imóveis e do direito a ele relativo, as custas deverão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência.</p> <p>4. O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93)</p> <p>OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.</p>			

TABELA XII			
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL			
	VRC	R\$	CPC
<p>I. Averbações:</p> <p>a) de sentença de nulidade ou anulação de casamento, separação judicial, ou divórcio; ato de restabelecimento de sociedade conjugal, de escritura de adoção ou atos que a dissolvam</p> <p>b) de alteração de nome e retificação de assento</p>	<p>120,00</p> <p>120,00</p>	<p>16,92</p> <p>16,92</p>	<p>0,00</p> <p>0,00</p>
<p>II. Certidões de Nascimento, Casamento ou Óbito:</p> <p>a) em breve relatório</p> <p>b) verbo <i>ad verbo</i> - primeira folha</p> <p>por folha que exceder</p> <p>c) havendo necessidade de busca, por 10 (dez) anos ou fração</p>	<p>175,00</p> <p>65,00</p> <p>15,00</p> <p>10,00</p>	<p>24,67</p> <p>9,16</p> <p>2,11</p> <p>1,41</p>	<p>0,00</p> <p>0,00</p> <p>0,00</p> <p>0,00</p>
<p>III. Habilitação para casamento</p> <p>a) Justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimimento de idade e de consentimento</p> <p>b) Casamento fora do Cartório, excluída a despesa com a condução, a cargo do interessado</p> <p>c) Registro de editais recebidos de outro ofício</p>	<p>1.500,00</p> <p>70,00</p> <p>2.000,00</p> <p>50,00</p>	<p>211,50</p> <p>9,87</p> <p>282,00</p> <p>7,05</p>	<p>Vide nota 4</p> <p>0,00</p> <p>0,00</p> <p>0,00</p>
<p>NOTAS:</p> <p>1. É vedada a cobrança acumulada das alíneas "a" e "c" deste item III.</p> <p>2. É vedada a cobrança acumulada do item III com a letra "b" do mesmo item.</p>			
	VRC	R\$	CPC
<p>IV. Registro de Nascimento ou de óbito com a primeira certidão-</p> <p>a) independente de despacho Judicial</p> <p>b) mediante despacho Judicial</p>			
<p>V. Retificação de assento margem, mediante justificação, com ou sem prova</p>	70,00	9,87	0,00
<p>VI. Inscrição de casamento religioso</p>	200,00	28,20	0,00
<p>VII. Registro: de emancipação, ausência, interdição, inclusive averbação</p>	150,00	21,15	0,00
<p>VIII. Inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação</p>	170,00	23,97	0,00
<p>NOTAS:</p> <p>1. Os atos que por determinação legal forem isentos de custas não sofrerão incidência da alíquota à Carteira de Previdência Complementar e às Associações.</p> <p>2. No item V não haverá custas quando o erro for do cartorário.</p> <p>3. Serão gratuitos todos os atos, inclusive as certidões, para a pessoa que se declare pobre, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º da Lei nº 6015/73.</p> <p>4. O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6% respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93).</p> <p>OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.</p>			

TABELA XIII
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

	VRC	R\$	CPC
I. Arquivamento de qualquer documento.	7,00	0,99	0,00
II. Averbação (inclusive a prenotação, a busca e arquivamento):	60,00	8,46	Vide nota 6
a) de mudança de numeração, reconstrução e demolição de prédios, de desmembramento e fusão de terreno, de alteração de nome em virtude de casamento, de viuvez, de separação ou divórcio consensual ou judicial litigioso, de retificação de averbação ou de registro e matrícula, desde que tal retificação no importe na alteração do valor contratual.			
b) de liberação parcial de garantia hipotecária	80,00	11,28	Vide nota 6
c) de liberação total de garantia hipotecária - as mesmas custas do item XIII letra A.			
d) demais averbações atribuídas ao Registro de Imóveis, serão cobradas a metade das custas determinadas no item XIII.			Vide nota 6
e) de contrato de locação, para fins de preferência (artigo 167, II, 16 L.R.P.), 30% sobre as custas determinadas no item XIII.			
III. Buscas: cada 10 (dez) anos.	3,00	0,42	0,00
IV. Certidões:			
a) de registro ou nus real	67,00	9,48	0,00
b) negativa de propriedade	40,00	5,64	0,00
NOTAS: 1. Nas certidões negativas de propriedade cobrar-se-á mais 1,00 VRC (R\$ 0,14) por pessoa que exceder a uma, entendendo-se por pessoa o casal interessado. 2. Se as certidões mencionadas na alínea "a" deste item se referir a mais de um registro, cobrar-se-á mais 2,00 VRC (R\$ 0,28) por registro que exceder.			
	VRC	R\$	CPC
V. Registro de Cédulas de Crédito e financiamento Rural, Industrial, Comercial e Exportação: as mesmas custas do item XIII letra A.			
VI. Registro no livro 2, de hipoteca cedular:			
a) Cédula de Crédito e financiamento Rural, o mesmo valor previsto no item V, para o registro de cada imóvel			
b) Das demais cédulas mencionadas no item V, o mesmo.			
VII. Averbações de cédulas rurais mencionadas no item V: 10% do item V.			
VIII. Registro de escrituras de pacto ante nupcial no livro 3	60,00	8,46	Vide nota 6
Averbação de escrituras de pacto ante nupcial no livro 2	20,00	2,82	0,00
IX. Incorporação e Condomínio:			
a) Registro de incorporação imobiliária: o mesmo preço do item XIII, calculado sobre o valor do terreno, custo global da obra (Lei Federal 4591, de 16/12/64, artigo 32, "h").			
b) Registro de instituição de condomínio	200,00	28,20	Vide nota 6
c) Registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidade, incluindo o valor das averbações necessárias	200,00	28,20	Vide nota 6
X. Registro de Loteamentos:			
a) Registro de loteamento ou desmembramento urbano ou rural, além das despesas de publicação de edital na imprensa, por lote ou gleba	10,00	1,41	Vide nota 6
b) Intimação ou notificação, excluídas as despesas de publicação de edital e condução	40,00	5,64	0,00
NOTA - Os emolumentos mínimos a serem cobrados na alínea "a", até 50 (cinquenta) lotes, serão de:	200,00	28,20	Vide nota 6
XI. Recebimento de prestações previstas no Dec. Lei n. 58, de 10/12/1937 e na Lei nº 6766, de 20/12/1979:			
a) Pela abertura de conta e recebimento da primeira prestação			
b) Pelo recebimento sem abertura de conta, 1% do valor depositado.	40,00	5,64	0,00
NOTA - Os valores previstos neste item serão deduzidos da importância depositada pelos prestamistas.			
XII. Matrícula: nos casos de unificação e desmembramento do imóvel, pela certidão.	30,00	4,23	Vide nota 6
XIII. Registro de Títulos (inclusive buscas, matrícula e certidão):			
a) Sem valor declarado - 50% do item 1 da tabela abaixo.			
b) Com valor declarado:			

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 56.000,00	7.896,00	1.260,00	177,66	Vide nota 4
Até 66.000,00	9.306,00	1.485,00	209,38	"
Até 76.000,00	10.716,00	1.710,00	241,11	"
Até 86.000,00	12.126,00	1.935,00	272,83	"
Até 96.000,00	13.536,00	2.160,00	304,56	"
Até 106.000,00	14.946,00	2.385,00	336,28	"
Até 116.000,00	16.356,00	2.610,00	368,01	"
Até 126.000,00	17.766,00	2.835,00	399,73	"
Até 136.000,00	19.176,00	3.060,00	431,46	"
Até 146.000,00	20.586,00	3.285,00	463,18	"
Até 156.000,00	21.996,00	3.510,00	494,91	"
Até 166.000,00	23.406,00	3.652,00	514,93	"
Até 176.000,00	24.816,00	3.872,00	545,95	"
Até 186.000,00	26.226,00	4.092,00	576,97	"
Até 196.000,00	27.636,00	4.312,00	607,99	"
Até 206.000,00	29.046,00	4.532,00	639,01	"
Até 216.000,00	30.456,00	4.752,00	670,03	"
Até 226.000,00	31.866,00	4.972,00	701,05	"
OBS: - Esta tabela não é progressiva.				
		VRC	R\$	CPC
XIV. Prenotação do título no protocolo.		10,00	1,41	0,00
XV. As inscrições dos contratos de abertura de crédito com garantia de penhor ou hipotecário, para o financiamento agrícola e pecuário com o Banco do Brasil S/A e o Banco do Estado do Paraná S/A, pagarão a metade das custas previstas neste regimento (item V) OBS: Ver nota 3				Vide nota 6
XVI. Prejudicado pelo sistema de folio real, instituído pela Lei nº 6015/73.				
XVII. Do título em que haja incidência do imposto de transmissão de bens imóveis e dos direitos a ele relativos, as custas deverão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência, exceto se o título lavrado em cumprimento a promessa de compra e venda registrada no registro de imóveis, no prazo de sessenta dias de sua lavratura.				Vide nota 6
XVIII. Tratando-se de um só adquirente ou devedor, pessoa física, num único título que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominial as custas serão cobradas da seguinte forma: a) Pelo registro da primeira unidade: custas integrais. b) Pelo registro de cada uma das demais unidades 80% (oitenta por cento) das custas integrais.				Vide nota 6 Vide nota 6
XIX. Serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) as custas devidas pelos registros correspondente primeira aquisição mobiliária, comprovada mediante declaração expressa do adquirente, sob as penas da lei, quando houver financiamento pelo sistema financeiro de habitação. a) Registro de averbação referente aquisição de casa própria, em que seja parte Cooperativa Habitacional ou entidade assemelhada (artigo 290, 1, Lei 6015/73) - 30% do item XIII A; b) Nos programas de interesse social, executados pelas COHABs ou entidades assemelhadas; atos de aquisição de imóveis e os de averbação de construção, estarão sujeitos às seguintes limitações: - imóvel até 60 m de área construída: 40% do item XIII A (sem valor declarado); - mais de 60 m até 70 m: 50% do item XIII A (sem valor declarado); - mais de 70 m até 80m; 60% do item XIII A.				Vide nota 6
XX. Versando um título sobre a aquisição de um apartamento e uma garagem em edifício condominial e esta última unidade for considerada unidade autônoma, cada registro advindo do título aquisitivo dessa unidade garagem.		60,00	8,46	Vide nota 6

NOTAS:

- 1) Nos registros de penhora e de contratos de locação as custas correspondem a 30% (trinta por cento) do valor do item XIII.
- 2) Nos registros de hipoteca ou usufruto as custas correspondem a 50% (cinquenta por cento) do valor do item XIII.
- 3) Para o registro de hipoteca e penhora será considerado o valor da dívida e não o valor do imóvel.
- 4) Com a extinção do MVR - Maior Valor de Referência pela Lei nº 8177/91, os registros referidos nos itens V e XIX, letras a e b, obedecerão para o cálculo de custas os valores fixados na Lei nº 8178/91, artigo 21.
- 5) Nos atos traslativos da propriedade que não forem prenotados no prazo de trinta dias, a partir da data de sua celebração, as custas serão calculadas com base no valor constante no último lançamento do IPTU ou IPTR, salvo se o valor declarado no instrumento lhe for superior.
- 6) O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6% respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

TABELA XIV

ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

I. Registro integral de contrato, títulos e documentos com valor declarado:

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 20.000,00	2.820,00	300,00	42,30	Vide nota 3
Até 24.000,00	3.384,00	360,00	50,76	"
Até 28.000,00	3.948,00	420,00	59,22	"
Até 32.000,00	4.512,00	480,00	67,68	"
Até 36.000,00	5.076,00	540,00	76,14	"
Até 40.000,00	5.640,00	600,00	84,60	"
Até 44.000,00	6.204,00	660,00	93,06	"
Até 48.000,00	6.768,00	720,00	101,52	"
Até 52.000,00	7.332,00	780,00	109,98	"
Até 56.000,00	7.896,00	840,00	118,44	"
Até 60.000,00	8.460,00	900,00	126,90	"
Até 64.000,00	9.024,00	960,00	135,36	"
Até 68.000,00	9.588,00	1.020,00	143,82	"

OBS.: - Esta tabela não é progressiva.

	VRC	R\$	CPC
II. Registro integral de títulos, documentos ou papel sem valor declarado.	300,00	42,30	Vide nota 3
III. Registro e entrega de notificações, inclusive a certidão margem do registro e no documento	300,00	42,30	Vide nota 3
a) Despesas de condução: no perímetro urbano	80,00	11,28	Vide nota 3
b) no perímetro rural ou em local distante do Cartório mais de 10 (dez) quilômetros	150,00	21,15	Vide nota 3
IV. Matrícula de oficina impressora, jornal e outros periódicos.	150,00	21,15	Vide nota 3
V. Inscrição de pessoas jurídicas de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, inclusive todos os atos de registro e arquivamento	100,00	14,10	Vide nota 3
VI. Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:			

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 20.000,00	2.820,00	300,00	42,30	Vide nota 3
Até 24.000,00	3.384,00	360,00	50,76	"
Até 28.000,00	3.948,00	420,00	59,22	"
Até 32.000,00	4.512,00	480,00	67,68	"
Até 36.000,00	5.076,00	540,00	76,14	"

Até 40.000,00	5.640,00	600,00	84,60	"	
Até 44.000,00	6.204,00	660,00	93,06	"	
Até 48.000,00	6.768,00	720,00	101,52	"	
Até 52.000,00	7.332,00	780,00	109,98	"	
Até 56.000,00	7.896,00	840,00	118,44	"	
Até 60.000,00	8.460,00	900,00	126,90	"	
Até 64.000,00	9.024,00	960,00	135,36	"	
Até 68.000,00	9.588,00	1.020,00	143,82	"	
OBS.: - Esta tabela não é progressiva.					
			VRC	R\$	CPC
VII. Certidões e Buscas:					
a) Certidões			40,00	5,64	0,00
por página que acrescer			10,00	1,41	0,00
b) buscas por dez (10) anos ou fração			3,00	0,42	0,00
VIII. Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no Cartório			3,00	0,42	0,00
IX. Microfilme do documento referido nesta tabela, qualquer que seja o número de página, mais			3,00	0,42	0,00
NOTAS:					
a) Nos registros de aditamentos de contratos, títulos e documentos sem valor declarado, serão cobradas as custas previstas no item II.					
b) Se houver valor declarado no aditamento, dele será deduzido o valor original.					
c) O recolhimento do CPC das custas devidas pelo atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93).					
OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.					

TABELA XV						
ATOS DOS OFICIAIS DE PROTESTOS DE TÍTULOS						
I. Anotação ou protesto						
VRC	R\$	VRC	R\$	CPC		
Até 12.000,00	1.692,00	180,00	25,38	Vide nota		
Até16.000,00	2.256,00	240,00	33,84	"		
Até 24.000,00	3.384,00	360,00	50,76	"		
Até 32.000,00	4.512,00	480,00	67,68	"		
Até 40.000,00	5.640,00	530,00	74,73	"		
Até 48.000,00	6.768,00	580,00	81,78	"		
Até 56.000,00	7.896,00	630,00	88,83	"		
Até 64.000,00	9.024,00	680,00	95,88	"		
Até 72.000,00	10.152,00	730,00	102,93	"		
Até 80.000,00	11.280,00	780,00	109,98	"		
Até 88.000,00	12.408,00	830,00	117,03	"		
OBS.: - Esta tabela não é progressiva.						
				VRC	R\$	CPC
II. Intimação:				80,00	11,28	Vide nota
III. Cancelamento ou anulação de protesto ou averbação de pagamento: 80% das custas do nº I.						
IV. Certidões:						
a) negativa (por nome) e inteiro teor (por página)				67,00	9,45	0,00
b) relatório breve (por ato)				5,00	0,70	0,00
V. Buscas: por 10 anos ou fração				3,00	0,42	0,00
VI. Autenticação de ato praticado ou de documento em poder da serventia				0,60	0,08	0,00

NOTA: - O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93).

OBS: O recolhimento do CPC j est incluído nas custas.

TABELA XVI			
ATOS DOS CONTADORES, PARTIDORES, DISTRIBUIDORES E DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS			
DOS CONTADORES			
	VRC	R\$	CPC
I. Conta de qualquer natureza	65,00	9,16	Vide nota
II. Conta de juros, correção monetária e prêmios: além do previsto no item I, cada papel, por ano ou fração	2,00	0,28	0,00
III. Cálculo de liquidação de sentença	200,00	28,20	0,00
- Cálculo de qualquer processo, de imposto à transmissão de propriedade inter-vivos ou <i>causa-mortis</i> de quaisquer outros impostos ou taxas; de liquidação em inventário e arrolamento, sejam quantas forem as sucessões e operações necessárias; formação de ativo e passivo, com base no <i>monte-mor</i> , na arrecadação, adjudicação, remissão ou valor apurado	50,00	7,05	0,00
- Cálculo para cumprimento do item 12.7.2.3. do CNCGJ	40,00	5,64	0,00
IV. Conversão à moeda nacional ou estrangeira de cada papel de crédito, título da dívida pública, ao de companhia ou instituições financeiras; por cálculo	2,00	0,28	0,00
V. Verificação ou conferência de crédito e contas em falência, concordata, recuperação judicial, concurso creditório e prestação de contas em geral.	30,00	4,23	0,00
VI. Certidão e buscas: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor			
VII. Emenda ou reforma de cálculo ou conta: metade do estabelecido nos itens I a V			
OBS: Se a emenda ou reforma resultar de omissão ou erro do Contador não serão devidas custas.			
NOTAS:			
1. O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93).			
2. Se o cálculo for elaborado por processamento de dados, as custas serão acrescidas de 10%.			
DOS PARTIDORES			
	VRC	R\$	CPC
I. Esboço de partilha: 10% das custas atribuídas ao Escrivão da Vara em que estiver sendo processado o feito			Vide nota 2
II. Rateio, pelo que houver: as mesmas custas do item I			
III. Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sobrepilha: metade das custas atribuídas ao item I			
OBS: - Se a emenda ou a reforma resultar de omissão ou erro do Partidor, nada perceber.			
IV. Busca: cada 10 (dez) anos ou fração, as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor.			
V. Certidão: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor.			
NOTAS:			
1. As custas serão contadas sobre o valor do <i>monte-mor</i> .			
2. O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93).			
3. Se a partilha for elaborada por processamento de dados, as custas serão acrescidas de 10%.			
DOS DISTRIBUIDORES			
	VRC	R\$	CPC
I. Distribuição e/ou registro para o foro judicial e protocolo judiciário, para encaminhamento de petição ao Tribunal ou Comarca respectiva	90,00	12,69	

II. Distribuição e/ou registro para o foro extrajudicial:			
a) Títulos e Documentos	70,00	9,87	
b) Nas Comarcas onde houver somente um Ofício de Títulos e Documentos	30,00	4,23	
e) Tabelionatos	35,00	4,93	
d) Nas Comarcas onde houver somente um Ofício de Tabelionato de Notas	30,00	4,23	
e) Protestos - at R\$ 133,99	35,00	4,93	
R\$ 133,99 a R\$ 1.339,90	70,00	9,87	
R\$ 1.339,90 em diante	92,00	12,97	
f) Registro de Imóveis	45,00	6,34	
III. Averbação a margem da Distribuição e/ou registro	16,00	2,26	
IV. Baixa ou retificação de Distribuição e/ou registro de aditivos, averbações, alterações e anexos	26,00	3,67	
V. Busca:			
a) Para informação verbal	16,00	2,26	
b) Por 10(dez) anos ou fração que exceder os primeiros 20 (vinte) anos	16,00	2,26	
c) Para cumprimento do item 3.1.15 do CNCGJ	79,00	11,14	
VI. Certidão:			
a) Incluída a busca até 20 (vinte) anos	141,00	19,88	
b) por página que acrescer	8,00	1,13	
OBS: Vide nota 4			

NOTAS:

1. As custas acima se referem a certidão por pessoa, não havendo qualquer acréscimo se solicitadas à menção de seu nome por extenso e abreviado, de solteira ou casada, bem como de espólio ou massa falida correspondente à mesma pessoa.
2. Para os atos praticados através de processamento de dados, as custas serão acrescidas de 10% (dez por cento).
3. Nas certidões fornecidas em autos de processos criminais, com antecedentes de réus, a requerimento do Ministério Público ou "ex-officio", poderão ser cotadas as custas do item VI desta Tabela, as quais serão pagas a final, no caso de condenação.
4. Autorizada a cobrança pela Lei 8329, de 01/07/86, publicada no Diário Oficial nº 2309 de 02/07/86.
5. O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93).

DOS DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

			CPC
I. De valores, títulos da dívida pública, ações, letras hipotecárias, debêntures, dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas: sobre o valor nominal, importância final apurada, cotação oficial ou avaliação, até o máximo de 267,00 VRC (R\$ 37,65)	2%		
II. De imóveis, urbanos ou rurais: sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 535,00 VRC (R\$ 75,43)	2%		
III. De móveis, veículos automotores, artigos de comércio e quaisquer outros objetos perecíveis: sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 535,00 VRC (R\$ 75,43)	4%		
IV. Via férrea, linha telefônica e telegráfica, empresa de luz, água e outros serviços públicos, ou dos materiais empregados em seu funcionamento; empresas e estabelecimentos comerciais, industriais e agrícolas; sementeira ou plantação: sobre o produto líquido dos bens administrados, até o máximo de 535,00 VRC (R\$ 75,43)	2%		
V. Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados desde que auferidos com trabalho do depositário mediante autorização judicial até	10%		
VI. Pela administração de imóveis rurais ou urbanos depositados as mesmas do item V			
VII. Nos executivos fiscais, quando houver depósitos: as custas serão calculadas sobre o valor da dívida fiscal			Vide nota 5
VIII. Pela guarda de bens:			
a) veículos automotores: além das custas previstas no item III por mês ou fração, sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa.	0,5%		
b) Demais bens: além das custas previstas no item III e observado o seu limite, por mês ou fração, sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa	1%		
IX. Certidão e Busca: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor			

NOTAS:

1. As custas dos itens V e VI, bem como outras despesas necessárias e comprovadas com a guarda, remoção, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados, serão pagas depois de aprovadas pelo Juiz.
 2. As despesas com eventuais seguros, rateadas proporcionalmente aos bens guardados em depósitos, mais as previstas no item VIII, serão cobradas mensalmente.
 3. Não será expedido mandado de levantamento de penhora, arresto ou seqüestro, sem o comprovante, nos autos, de recolhimento das custas fixadas nesta tabela e das despesas feitas com os bens depositados.
 4. Quando, sobre qualquer bem penhorado, recaírem outras penhoras, perceberá o depositário, além das custas referentes à primeira, mais a metade de cada uma das demais, cujo valor será rateado entre diversos feitos, limitado o valor ao dobro do prêmio.
 5. O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93).
- OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

TABELA XVII**ATOS DOS AVALIADORES JUDICIAIS**

	VRC	R\$	CPC
I. Avaliação de ações de companhia, debêntures, títulos semelhantes e aluguéis ou rendas:			
- por 50 VRC (R\$ 7,05) ou fração	5,00	0,70	Vide nota 3
- emolumento máximo	500,00	70,50	
II. Avaliação de imóveis e outros bens:			
VRC	R\$	VRC	R\$
Até 100.000,00	14.100,00	400,00	56,40
Até 150.000,00	21.150,00	470,00	66,27
Até 200.000,00	28.200,00	540,00	76,14
Até 250.000,00	35.250,00	670,00	94,47
Até 300.000,00	42.300,00	800,00	112,80
Até 350.000,00	49.350,00	930,00	131,13
Até 400.000,00	56.400,00	1.060,00	149,46
Até 450.000,00	63.450,00	1.190,00	167,79
Até 500.000,00	70.500,00	1.320,00	186,12
Até 550.000,00	77.550,00	1.450,00	204,45
Até 600.000,00	84.600,00	1.580,00	222,78
Até 650.000,00	91.650,00	1.710,00	241,11

NOTAS:

1. Vedada a cobrança progressiva desta tabela.
 2. Havendo mais de um bem móvel as custas incidirão sobre o valor total dos bens avaliados.
 3. O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei n. 10.546/93)
- OBS: O recolhimento do CPC j est incluído nas custas.

TABELA XVIII**ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA**

	VRC	R\$	CPC
I. Autos de qualquer natureza, inclusive os atos complementares	150,00	21,15	
II. Citações, intimações ou notificações, por pessoa	30,00	4,23	
- Certidão, sendo no mesmo local, o primeiro ato será cotado integralmente e os subsequentes, pela metade	12,00	1,69	
III. Contrafé por pessoa	6,00	0,85	
IV. Pelos atos que praticarem nas sessões do júri inclusive certidões para ordenação de processos, de cada dia de sessão.	20,00	2,82	

V. Condução: Será usada tabela fixada pelo Juiz Diretor do Fórum em portaria, ouvidos os demais magistrados em exercício na Comarca e atendidas as peculiaridades locais (artigo 25 da Lei nº 7567/82)			
NOTAS: 1. Além dessas taxas, as despesas de condução somente poderão ser cotadas se devidamente especificadas e se contiverem o "de acordo" do advogado da parte interessada na diligência. Se houver pagamento antecipado, o Oficial de Justiça lançará a cota, com a observação de que as custas já foram pagas e por quem. 2. As certidões referidas no item II, ficam limitadas ao número de duas para cada caso. 3. As custas previstas no item V só podem ser cotadas uma vez e para a diligência que resultar positiva. OBS: Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC, conforme Lei nº 10546/93.			

]

TABELA XIX			
ATOS DOS PORTEIROS DE AUDITÓRIO			
	VRC	R\$	CPC
I. Certidão: Os mesmos emolumentos dos Distribuidores.			
II. Pregão: (incluída, nos leilões, a fixação do edital e respectiva certidão)			
a) efetuado em audiência	50,00	7,05	
b) efetuado fora de audiência	50,00	7,05	
III. Percentagem nas arrematações, adjudicações, ou nas remissões ou resgates, requeridos antes da praça ou depois destas: sobre o valor dos objetos arrematados, adjudicados ou remidos, 2% até o máximo de 800,00 VRC (R\$ 112,80)	2%		
OBS: Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC, conforme Lei nº 10546/93.			

TABELA XX			
ATOS DOS PERITOS E ARBITRADORES			
	VRC	R\$	CPC
I. Arbitramento:			
a) de multa ou de liquidação de objeto sobre o qual tiver de determinar a multa	20,00	2,82	
b) de responsabilidade para especialização de hipoteca legal	20,00	2,82	
II. Corpo de delito:			
a) quando depender de exame médico ou cirúrgico	40,00	5,64	
b) quando não depender desses exames	20,00	2,82	
III. Exames:			
a) de sanidade	40,00	5,64	
b) de sanidade mental, ao arbítrio do Juiz que terá em vista a observação mais ou menos longa de 10,00 VRC (R\$ 1,41) até 80,00 VRC (R\$ 11,28)			
c) cadavérico, físico ou químico, se o exame preceder à execução	120,00	16,92	
d) radioscópico, ao arbítrio do Juiz, de 10,00 VRC (R\$ 1,41) até 80,00 VRC (R\$ 11,28)			
e) radiográfico, ao arbítrio do Juiz, de 5,00 VRC (R\$ 0,70) até 40,00 VRC (R\$ 5,64)			
f) de escrituração mercantil, ao arbítrio do Juiz, de 5,00 VRC (R\$ 0,70) até 40,00 VRC (R\$ 5,64)			
g) de documento, livros ou firmas, para verificação de falsidade ou de qualquer outro fato, ao arbítrio do Juiz, de 5,00 VRC (R\$ 0,70) até 50,00 VRC (R\$ 7,05)	20,00	2,82	
h) não especificados neste número			
OBS: Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC, conforme Lei nº 10546/93.			

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 862/07 COM EMENDA

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça tem por objetivo alterar a Lei Estadual nº 6149/70, modificada pelas Leis Estaduais nº 7567/82, 11960/97 e

13611/02, visando alterar as tabelas do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e buscando uma mais justa e completa remuneração do serviço do Tribunal. Recebeu emenda aditiva de autoria do Deputado Reni Pereira em 14/09/09, visando excluir os atos de reconhecimento de firmas nas hipóteses do artigo 9º do Decreto Federal nº 6932/09 e obrigar a afixação, em todos os cartórios extra-

judiciais do Estado, de cartaz esclarecendo sobre a proibição do reconhecimento de firmas nestes casos.

Fundamentação

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 96, inciso II, alínea “b”, a competência privativa dos Tribunais de Justiça, para dispor sobre remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no artigo 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros, e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (grifo nosso)

No mesmo sentido, a Constituição Estadual do Paraná estabelece, em seu artigo 101, inciso I, alínea “b”:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal; (grifo nosso)

A constatação da lei vigente nos demonstra que nos últimos 10 (dez) anos não ocorreu qualquer reajuste nas tabelas de remuneração do Tribunal de Justiça.

A própria Lei Estadual nº 6149/70, a ser alterada pelo presente projeto de lei em análise visa alterar, em seu artigo 49, estabelece que as tabelas em questão serão atualizadas semestralmente, na variação nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) no período:

Art. 49. As Tabelas constantes do Anexo desta lei serão atualizadas semestralmente, na variação nominal das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), no período, sendo o valor comunicado por ato do Corregedor de Justiça. (grifo nosso)

Desta forma, fica clara a competência do Tribunal de Contas para iniciar o processo legislativo no caso em análise, uma vez que trata justamente da alteração das tabelas referentes à remuneração recebida pelos serviços prestados pelo Tribunal.

No que se refere à emenda apresentada, constatamos que visa apenas incluir no projeto a dispensa do reconhecimento de firma constante no artigo 9º do Decreto nº 6932/09. Vejamos:

Art. 9º Salvo na existência de dúvida fundada quanto à autenticidade e no caso de imposição legal, fica dispensado o reconhecimento de firma em qualquer documento produzido no Brasil destinado a fazer prova junto a órgãos e entidades da Administração Pública

Federal, quando assinado perante o servidor público a quem deva ser apresentado.

Art. 10. A juntada de documento, quando decorrente de disposição legal, poderá ser feita por cópia autenticada, dispensada nova conferência com o documento original.

§ 1º A autenticação poderá ser feita, mediante cotejo da cópia com o original, pelo próprio servidor a quem o documento deva ser apresentado.

§ 2º Verificada, a qualquer tempo, falsificação de assinatura ou de autenticação de documento público ou particular, o órgão ou entidade considerará não satisfeita a exigência documental respectiva e, dentro do prazo máximo de cinco dias, dará conhecimento do fato à autoridade competente para adoção das providências administrativas, civis e penais cabíveis.

Ocorre que, de acordo com o artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa no Brasil, a cláusula de revogação deverá enumerar expressamente as leis ou disposições legais revogadas:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (grifo nosso)

Uma vez que o projeto e a emenda em análise dispõe que sejam revogadas as disposições em contrário, sugerimos a apresentação de uma subemenda supressiva com a finalidade de sanear o vício apresentado.

Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de legalidade e constitucionalidade opinamos pela sua aprovação, na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 23/11/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 862/07

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 2º e 141, II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, fica alterada a redação do artigo 4º da Emenda Aditiva ao Projeto nº 862/07, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º O módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6149, de 09/09/70, com suas posteriores alterações, a vigorar a partir de 01/01/08, será igual a R\$ 0,141 (cento e quarenta e um milésimos de real), correspondendo a aproximados 0,271% (zero vírgula duzentos e setenta e um por cento) da Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPF).

Art. 2º Os valores das custas e dos emolumentos, do Regimento de Custas, passam a vigorar, a partir de 01/01/08, em conformidade com as Tabelas I, II, III, VI, VII,

IX, X, XI, XII, XIII, XIX, XV, XVI, XVII, XIX, e XX, anexas à presente lei.

Art. 3º Ficam expressamente excluídos os atos de reconhecimento de firmas nas hipóteses do artigo 9º do Decreto Federal nº 6932/09.”

Parágrafo Único. Com base no artigo 6º, III e artigo 36 de Código de Defesa do Consumidor, fica obrigada a afixação, em todos os cartórios extrajudiciais do Estado, de cartaz, que de modo visível esclareça sobre a proibição do artigo citado. O cartaz deverá conter a seguinte redação:

“Código de Defesa do Consumidor

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

Decreto Federal nº 6932/09

Art. 9º Salvo na existência de dúvida fundada quanto à autenticidade e no caso de imposição legal, fica dispensado o reconhecimento de firma em qualquer documento produzido no Brasil destinado a fazer prova junto a órgãos e entidades da Administração Pública Federal, quando assinado perante o servidor público a quem deva ser apresentado.

Art. 10. A juntada de documento, quando decorrente de disposição legal, poderá ser feita por cópia autenticada, dispensada nova conferência com o documento original.

§ 1º A autenticação poderá ser feita, mediante cotejo da cópia com o original, pelo próprio servidor a quem o documento deva ser apresentado.

§ 2º Verificada, a qualquer tempo, falsificação de assinatura ou de autenticação de documento público ou particular, o órgão ou entidade considerará não satisfeita a exigência documental respectiva e, dentro do prazo máximo de cinco dias, dará conhecimento do fato à autoridade competente para adoção das providências administrativas, civis e penais cabíveis.”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 23/11/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, estamos vendo que esse projeto tem apenas o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Temos a Comissão de Finanças e também a Comissão de

Defesa do Consumidor. Gostaria que esse projeto também fosse enviado a essas comissões da Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. O Deputado Strapasson, Presidente da Comissão de Finanças, requer que o referido projeto vá à Comissão de Finanças, razão pela qual atendemos o pedido do requerimento do Deputado Strapasson, mesmo sem colocar em votação, e enviamos imediatamente à Comissão de Finanças e à Comissão de Defesa do Consumidor.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/10, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que denomina Fortunato Casanova o trecho da PR-437 que liga Primeiro de Maio ao trevo da PR-323. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 077/10, de 12/07/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 323/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

A presente proposta legislativa tem por objetivo denominar de Fortunato Casanova o trecho da PR-437 que liga Primeiro de Maio ao trevo da PR-323.

Fundamentação

Primeiramente, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em conformidade ao disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná¹, a análise acerca da constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei, da legitimidade do proponente e, por fim, da técnica legislativa ora utilizada.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência concorrente entre a União, os Estados e Distrito Federal legislar sobre a proteção do patrimônio cultural².

Ainda, por tratar-se de matéria atinente às leis ordinárias, inexistem óbices constitucionais, eis que o proponente está abarcado pelo rol de legitimados disposto em nossa Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao

1.Art. 33. Regimento Interno. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica: § 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

2.Art. 24, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Entretanto, apesar da constitucionalidade, *prima facie*, apresentada, bem como da legitimidade do proponente em legislar sobre o objeto versado, a escolha de nomeação não pode ser realizada sobre trecho já nomeado por nome de pessoas, fatos históricos ou geográficos, consoante o disposto na Constituição do Estado do Paraná:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva e bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

Conforme resposta à diligência requerida por esta Comissão de Constituição e Justiça, a Secretaria de Estado dos Transportes, manifestou-se através do Ofício nº 215/AT que o trecho em questão não possui denominação, dessa forma nada impede a aprovação do projeto de lei em questão.

Por fim, quanto à técnica legislativa, não se vislumbram contrariedades ao disposto pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista a presente legalidade do projeto e o parecer favorável da Secretaria de Estado dos Transportes, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26/10/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 323/10

P A R E C E R :

Apresentação

O plano de lei, ora em análise, é de autoria do nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli, denominando Fortunato Casanova o trecho da PR-437 que liga Primeiro de Maio ao Trevo da PR-323.

Fundamentação

Esta comissão chamada a se pronunciar, de acordo com o que determina o artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Contudo, devemos observar que a matéria tem seus méritos e encontra-se devidamente justificada. Ressalta-

se, que a aprovação de tal proposta, levará a tona o nome de uma pessoa notável e reconhecida pela comunidade da Cidade de Primeiro de Maio, elevando as memórias deste homem de vida pública que tanto contribuiu para o Paraná.

Quanto a legalidade, não se faz necessária fundamentação, já que o projeto atende o artigo 24, VII da Constituição Federal. O mesmo também mostra-se acordado com a Lei Complementar nº 095/98 e por não trazer nenhum prejuízo ao Estado, nos quesitos de recursos financeiros.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em questão, opinando-se pela sua aprovação e o envio ao plenário para a devida decisão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26/10/10.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 076/10, que objetiva isentar dos tributos estaduais que especifica, os fatos geradores relacionados as competições da Copa das Confederações da Fédération Internationale do Football Association - FIFA de 2013 e da Copa do Mundo da Fifa de 2014. (ITCMD, IPVA, TAXAS). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 077/10, de 12/07/10, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 383/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

A proposta encaminhada pelo Poder Executivo Estadual tem a finalidade de isentar dos tributos estaduais: ITCMD - Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos; IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e Taxas, os presentes na relação de beneficiários estabelecidos pelo Poder Executivo dos fatos geradores relacionados às competições da Copa das Confederações da "Fédération Internationale de Football Association - FIFA de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014.

Fundamentação

Inicialmente, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade do projeto de lei em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A competência para legislar sobre tributos e finanças é concorrente à União, Estados e Municípios, conforme preceitua o inciso primeiro do artigo 24 da Constituição

Federal fundamentado no Princípio da Separação dos Poderes, adotado pelo nosso ordenamento jurídico.

Tal Princípio, observado, no artigo 2º da Constituição Federal¹ demonstra que o Poder do Estado divide-se em funções, com competências específicas a determinados órgãos diferentes. Verifica-se a necessidade de cada poder manter-se autônomo e constituído por pessoas e grupos diferentes.

Segundo a explicação de Marçal Justen Filho:

*A teoria da separação dos Poderes Estatais é um mecanismo clássico de organização e limitação do Poder Político, e consiste em impedir que todas as funções sejam concentradas em uma única estrutura organizacional. Isso produz um sistema de freios e contrapesos e permite que o Poder controle o próprio Poder, ou seja, gera a fragmentação do Poder, com uma pluralidade de sujeitos exercitando competências distintas e controle recíproco*². (grifo nosso)

Existente, portanto, a legitimidade legislativa do proponente, que possibilita a análise do presente projeto, pois observa-se que tal tema é de competência concorrente a esta foi observada para a legislação sobre a matéria em tela.

Por fim, cabe ressaltar que inexistente óbice à inserção específica dos tributos relacionados neste projeto de lei (ITCMD, IPVA e Taxas), tendo em vista que todos são impostos estaduais, conforme disposto nos incisos I e II do artigo 155³ e no inciso II do artigo 145⁴, ambos da Constituição Federal.

Porém, importante ressaltar, que, devido aos fins a que se propõe o projeto ora em análise, importante o acréscimo do ICMS ao texto, razão pela qual, opinamos pela apresentação do substitutivo anexo.

Verifica-se ainda, que a proposta de lei em tela adequa-se às disposições presentes na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Assim, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade do projeto de lei em exame, opinamos por sua aprovação, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 23/11/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

1.Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

2.JUSTEN FILHO, Marçal, Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. 1ed. pg. 23.

3.Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I - transmissão *causa mortis* e doação, de qualquer bens ou direitos; III - propriedade de veículos automotores.

4.Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou não.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 383/10

Com escopo no que autoriza o Regimento Interno dessa Casa de Leis, em especial o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno, faz-se necessária a apresentação da seguinte emenda aditiva, ao Projeto de Lei nº 383/10:

“Art. 1º O Projeto de Lei de nº 383/10, passa a vigorar com a redação a seguir apresentada:

Art. 1º Ficam isentos dos tributos estaduais a seguir indicados, conforme relação de beneficiários, forma e condições estabelecidos pelo Poder Executivo, os fatos geradores relacionados às competições da Copa das Confederações da Fédération Internationale de Football Associations - FIFA de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014:

I - Imposto sobre a transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD;

II - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;

III - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;

IV - Taxas.

Art. 2º Ao Poder Executivo compete, também, dispor sobre a dispensa do cumprimento de obrigações acessórias, relacionadas aos fatos geradores de tributos indicados e nas condições previstas.”

Art. 2º A presente emenda passa a vigorar a partir de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 23/11/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 081/10, que objetiva autorizar o Tesouro do Estado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, a apoiar, financeiramente, projetos de interesse público e coletivo com vistas à realização da Copa do Mundo de 2014. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 095/10, de 13/09/10, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 414/10

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Tesouro do Estado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, a apoiar, financeiramente, projetos de interesse público e coletivo com vistas à legalidade e constitucionalidade,

nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23/11/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/10, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a sede do Município de Ariranha da Ivaí à PR-466. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 103/10, de 20/10/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 440/10

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização da Estrada Municipal que liga a sede do Município de Ariranha do Ivaí à PR-466.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17/11/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 440/10

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispõe sobre a estadualização da Estrada Municipal que liga a sede do Município de Ariranha do Ivaí à PR-466.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão da Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo, com uma malha viária com melhor conservação, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados, gerando crescimento econômico, o que, por consequência, também amplia a arrecadação estadual.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto, apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 440/10.

Sala das Comissões, em 22/11/10.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 093/10, que objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar escritura pública de renovação amigável de doação, para devolução ao Município de Corbélia, de lotes urbanos do loteamento Cidade de Corbélia, pertencentes ao patrimônio do Estado do Paraná, registrados no Cartório de Imóveis da Comarca de Corbélia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 105/10, de 26/10/10, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 458/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar escritura pública de renovação amigável de doação, para devolução ao Município de Corbélia.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que reverte a propriedade de imóvel do Estado ao seu proprietário anterior, uma pessoa jurídica de direito público interno: o Município de Corbélia.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Desta forma, tendo em vista a constitucionalidade do projeto apresentado, esta comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17/11/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 458/10

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a firmar escritura pública de renovação amigável de doação, para devolução ao Município de Corbélia.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo reverter, ao Município de Corbélia, imóveis que foram dados ao Estado, com finalidade específica de servir à edificação das residências do Juiz e do Promotor. Entretanto, passados mais de 30 anos, o encargo não foi cumprido pelo Estado e, tanto o Tribunal de Justiça quanto o Ministério Público, nada opõem à devolução pleiteada.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto, apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 458/10.

Sala das Comissões, em 22/11/10.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
PÉRICLES DE MELLO - Relator

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Os jornais de hoje, de repercussão nacional e também internacional, falam no escândalo financeiro do Israel Discount Bank, que foi obrigado a quebrar o sigilo das contas bancárias de brasileiros em sua agência de Nova Iorque, localizada no nº 511 da Quinta Avenida. O rompimento de 114 sigilos bancários se deu por acordo entre os Estados Unidos e o Brasil. Os cofres do Israel Discount Bank guardariam recursos oriundos das remessas referentes ao rumoroso caso da CPI do BANESTADO. Parece que só oito contistas declararam as suas remessas ao exterior. Há portanto 104 contas a serem investigadas. O Juiz Federal Sérgio Mouro, do Paraná, especializado em crimes contra o sistema financeiro e de combate à lavagem de dinheiro, conduz o caso. Como envolve o BANESTADO, a notícia publicada pela Mônica Bérghamo, na sua página na Folha de São Paulo, e como também envolve o rumoroso caso do Bernardo Mardoff, aquele financista acusado de fraude em Wall Street, que cumpre pena de prisão de 150 anos, cabe nos

perguntar: será que como lá, aqui veremos o castigo dos ímpios?

Era para informar à Assembleia sobre este importante fato econômico, que desencadeia luz sobre o caso da quebra do BANESTADO.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Como membro da Comissão de Fiscalização e tendo o nosso Presidente Artagão aqui presente, e como as palavras do Deputado Greca vêm de encontro ao que aconteceu com o BANESTADO, hoje - o Paraná paga todo mês 70 milhões na quebra do banco - eu solicitaria ao nosso eminente Presidente Artagão que tomasse as providências no sentido de que a Comissão de Investigação tome ciência do que trata esse caso levantado pelo Deputado Greca, porque pode envolver dinheiro público que foi desviado e quem sabe regressar ao Paraná. É dinheiro que o povo está pagando.

Então, solicitaria a V. Exa. que fizesse o registro e o Deputado Artagão pudesse, desde já, procurar mais informações neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 4064, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

Para encaminhar, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Eu pediria à bancada que votasse contrário. Porque esse pedido, V. Exa. mesmo ontem colocou na mesa. Está se imaginando que vai existir pagamento de R\$ 2 mil, e para a Junta isto não existe.

Vou trazer para o Deputado Ney Leprevost, se rejeitarmos o requerimento, as informações que ele pede. Porque a Junta Comercial envolve questões sigilosas.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Desculpe eu ser um pouco intempestiva, mas queria que constasse em ata, na Ordem do Dia, da tarde de hoje, em relação ao item 01 da pauta, a minha abstenção naquele momento, quando não pude registrar o meu voto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento do Deputado Ney Leprevost, que não se encontra presente. Portanto, não há

possibilidade de solicitar a retirada ou não do requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis à solicitação do Deputado Caíto Quintana, negando o requerimento, permaneçam como estão. **Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 4092, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4093, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4094 a 4107, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4110 a 4112, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4115, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4116 e 4117, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4121, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4122, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada para quinta-feira, dia 25, para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Jonas Guimarães, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 323, 383, 414, 440 e 458/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 419 e 460/10.

Levanta-se a Sessão.

121ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Teruo Kato.

Presenças:

Às dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Nelson Garcia, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Neivo Beraldin e Plauto Miró (06).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Fábio Camargo e Ney Leprevost (02)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 25 (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Jonas Guimarães.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Requerimentos*****REQUERIMENTO Nº 4126**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada da pauta do Projeto de Lei nº 460/10, para ser enviado a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, para receber análise e parecer.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Pequeno Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Há um orador inscrito no Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)**O SR. PÉRICLES DE MELLO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos sabem que eu fui o maior defensor da idade de ingresso da criança no ensino fundamental que completasse seis anos até 31 de dezembro do ano letivo em curso, e o Paraná aprovou essa lei. Ganhamos no debate e essa lei foi aprovada por quatro votos de diferença, Deputado Marcelo Rangel. Por isso, eu voto. Eu falava pela manhã, as quatro Deputadas mulheres também votaram a favor dessa proposta. E isso mudou, e realmente neste ano, no Paraná, as crianças que completaram seis anos até 31 de dezembro puderam entrar no ensino fundamental, mas acontece que a partir dessa lei algumas coisas aconteceram.

O Conselho Nacional, recentemente, baixou uma resolução tentando estabelecer uma unidade em todos os Estados da Federação, que a criança tenha que completar seis anos até março. É uma norma vigente, hoje, no Conselho Nacional. Vários Conselhos Estaduais se manifestaram no mesmo sentido, inclusive do Paraná. E o Paraná acabou sendo um dos únicos Estados da Federação que tem uma lei diferente, que é a lei de 31 de dezembro, e que eu, inclusive, defendo por vários motivos que elenquei. Em função disso, fui procurado por várias entidades que merecem todo nosso respeito, a começar pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, Romeu Gomes

Miranda, para que reunisse a Comissão de Educação e os ouvisse. Fizemos isso, hoje de manhã, numa grande reunião.

Estiveram presentes nessa reunião o Conselho Estadual de Educação, na pessoa do professor Romeu Gomes Miranda, e vários outros Conselheiros; a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação; uma entidade chamada UNCME; a professora Everly Marques Canto; a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que temos o paranaense que é o Presidente Nacional; o professor Sanches de Castro; da UNDIME esteve a professora Cláudia Maria da Cruz; da Associação de Escolas Particulares de Educação Infantil de Curitiba, a professora Noeli Luíza Santos; da Rede Marista de Solidariedade, a professora Patrícia Benitez Romero; do Fórum de Educação Infantil do Paraná, a Daniele Marques Vieira; e da APP-Sindicato, a Janeslei Aperecida Albuquerque. Todas essas entidades pediram à Comissão de Educação que entrasse com um projeto alterando a data, Deputado Marcelo Rangel, ou seja, uma posição contra a minha posição pessoal. Os argumentos que eles colocaram são que, em função desse critério do Conselho Nacional do Estado, o professor de Telêmaco Borba falou o seguinte: “Em Telêmaco Borba, Deputado, as professoras vão convencer os pais e alunos para colocar os filhos mais tarde para acompanhar a norma nacional, porque acabam existindo ações heterogêneas nas escolas e só 5% dos pais acabam querendo colocar o filho, que faz até 31 de dezembro, na escola.

Então, as entidades estão convencidas que a nossa lei está trazendo mais problemas que solução. Em função disso, mesmo sem mudar a minha posição conceitual da data de ingresso, eu me senti no dever, como Presidente da Comissão de Educação, de apresentar este projeto com outros Deputados para que novamente façamos um debate profundo aqui sobre como vai ficar a questão paranaense da data de ingresso.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Então, em função disso e de estar acabando o ano, vou convidar outros Deputados para assinarem esse projeto, em regime de urgência, para que possamos traçar mais uma vez esse debate nesta Casa, diante dos novos fatos que aconteceram, mesmo porque o Conselho Nacional estabeleceu na sua diretriz que vai ter um período de transição, que é o ano de 2011, em que as crianças de 2011 que não tenham seis anos até 31 de março, mas que tenham feito dois anos de educação infantil, possam se matricular de uma forma excepcional aqueles que concluírem seis anos até 31 de dezembro.

Em função disso, sinto-me na obrigação de encaminhar o projeto para que haja uma nova discussão na Casa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, a princípio sou contra essa mudança. Mesmo o Paraná sendo diferente dos outros Estados, acho que estamos dando até um bom exemplo.

Gostaria muito de poder conversar com esses representantes, esses professores. Acho que antes de propormos uma alteração na lei, talvez uma discussão mais aprofundada, uma Audiência Pública aqui na Assembleia Legislativa seja necessária, porque a princípio acho que conseguimos um avanço muito grande, uma lei que foi apresentada inclusive com o seu apoio, e tenho muito orgulho também de ter o meu nome como um dos autores. Acho que tínhamos que discutir de uma maneira mais aprofundada este tema, porque também recebi muitos elogios de profissionais e técnicos, professores a respeito desta lei.

Então, tenho algumas dúvidas com relação a esta modificação, Deputado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Agradeço o seu aparte. O senhor pensa como eu.

Então, a minha ideia, abrindo o debate novamente, queremos fazer uma grande Audiência já para a semana que vem, o mais tardar na outra semana, Deputado Marcelo, com as pessoas que têm posição semelhante à nossa, minha e sua.

O problema que me convenceu é que vai haver um imbróglio jurídico tão grande a partir dessa resolução do Conselho Nacional, porque é a resolução do Conselho Nacional de Educação que não existia, o Conselho Nacional estabeleceu uma norma a partir do ano que vem que a criança só pode entrar se fizer seis anos até 31 de março, com exceção para 2011, que aquelas crianças dessa transição de 2011 que já têm dois anos de educação infantil possam então completar seis até 31 de dezembro como a nossa lei.

Então, vai ter um conflito jurídico tão grande nas escolas e é uma posição tão forte das entidades que me convenceram a reabrir este debate aqui nesta Casa, exatamente o que o senhor falou.

Então, nessa reabertura do debate vamos procurar chamar o Senador Flávio Arns, por exemplo, que tinha uma posição semelhante à nossa e me chegou a informação agora que recuou dessa posição.

O Congresso Nacional ia fazer uma legislação nacional e não fez. Então, ficou uma série de normas jurídicas, no Paraná temos uma lei nossa que aprovamos, mas tem ao mesmo tempo uma norma do Conselho Nacional de Educação, que alguns entendem que essa norma é superior à nossa lei. Outros entendem que não. Há uma crise jurídica de entendimento que está trazendo problemas na posição da Secretaria da Educação. Isso que me convenceu no debate hoje.

Então, me senti, não o Péricles indivíduo, Deputado, mas como Presidente da Comissão, de representar

este papel e chamar para o debate novamente essa questão de idade de ingresso. Comprometi-me com eles, estou com ofício assinado pelos representantes aqui e vamos fazer uma grande Audiência e trazer todas as partes para o debate profundo. Concordo com o senhor.

Então, precisava dar esse esclarecimento aqui nesta Casa e por isso pedi para me inscrever nesta Sessão, Deputado Nelson Justus.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 068/10, que objetiva acrescer e alterar os dispositivos especificados na Lei nº 1394, de 11/11/53, que instituiu o Fundo de Eletrificação do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação o substitutivo aprovado em 2ª discussão. **Aprovado**, com os votos contrários da Bancada do PT e da Deputada Rosane Ferreira.

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/10, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que denomina Fortunato Casanova o trecho da PR-437, que liga Primeiro de Maio ao trevo da PR-323. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTEC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 076/10, que objetiva isentar dos tributos estaduais que especifica, os fatos geradores relacionados às competições da Copa das Confederações da Fédération Internationale de Football Association - FIFA de 2013 e da Copa do Mundo da

FIFA de 2014. (ITCMD, IPVA, Taxas). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 383/10**

Art. 1º Ficam isentos dos tributos estaduais, a seguir indicados, conforme forma, condições e relação de beneficiários estabelecidos pelo Poder Executivo, os fatos geradores relacionados às competições da Copa das Confederações da FIFA - 2013 e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014:

I - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, incidente sobre as aquisições vinculadas as projetos e às obras destinadas às competições referidas no *caput* deste artigo;

II - Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD;

III - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;

IV - Taxas.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo resolver os casos omissos e tratar da dispensa do cumprimento de obrigações acessórias, relacionados com os eventos descritos no artigo 1º.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 31/12/14.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Ademir Bier, Teruo Kato, Fernando Scanavaca e Alexandre Curi.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, sei que há emendas sobre o projeto e ele vai votar à CCJ, mas antes de voltar, com as emendas, gostaria que os dois projetos, a exemplo dos outros, também fossem encaminhados à Comissão de Finanças, tanto o item 03 quanto o item 04.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos encaminhar à Comissão de Finanças e à CCJ com as emenda, para facilitar o assunto. Isso serve também para o item 04: Projeto de Lei nº 414/10.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 081/10, que objetiva autorizar o Tesouro do Estado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, a apoiar, financeiramente, projetos de interesse público e coletivo com

vistas à realização da Copa do Mundo de 2014. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 414/10**

A presente emenda acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º, do Projeto de Lei nº 414/10, de autoria do Poder Executivo, conforme redação a seguir:

“Art. 1º...

Parágrafo Único. O Município de Ponta Grossa fica desde logo habilitado como subsede da Copa do Mundo FIFA 2014 no Estado do Paraná, estando assim apto a receber recursos e apoio financeiro para tal fim.”

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Elton Welter, Luiz Claudio Romanelli, Chico Noroeste, Elio Rusch e Artagão Júnior.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ponta Grossa possui várias justificativas para ser incluído como subsede da Copa do Mundo FIFA 2014, destacando-se dentre elas a proximidade da Capital paranaense e a relevância histórica e importância turística do Município, além de contar com infraestrutura adequada.

Importante também destacar a história esportiva do Município, sede do Operário Ferroviário Esporte Clube, time que completará 100 (cem) anos de fundação em 2012.

Outro fato histórico relevante é que a primeira partida de futebol disputada no Estado do Paraná aconteceu em Ponta Grossa.

Finalmente, tão importante quanto os argumentos acima elencados, salientamos que com a habilitação do Município de Ponta Grossa como subsede da Copa do Mundo de 2014, a Região dos Campos Gerais estará muito bem representada no evento, trazendo novos negócios e empregos a toda a sua população.

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DE PLENÁRIO Nº 02**

Art. 1º Fica autorizado o Tesouro do Estado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, a apoiar financeiramente projeto de interesse público e coletivo, com vistas à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, em Curitiba, Cidade-sede do evento, indicada pelo Estado do Paraná e aprovada pela Fédération Internationale de Football Association - FIFA, bem como em outras Cidades do Estado que possam vir a ser consideradas como integrantes do mesmo projeto.

Parágrafo Único. Compreende-se também, incluídos na autorização prevista no *caput*, os entes e órgãos da

Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná envolvidos na realização do evento Copa do Mundo de 2014.

Art. 2º Consideram-se projetos de interesse público e coletivo aqueles relacionados à realização do referido evento no Estado do Paraná, incluindo obras de infraestrutura, viárias, de melhoria, de ampliação e reforma do estádio do evento indicado pelo Estado e aprovado pela FIFA, e outras reformas e adequações julgadas necessárias.

Art. 3º Nas situações em que o apoio financeiro for concedido na forma de financiamento, o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE poderá utilizar seus recursos observando os seguintes encargos:

I - Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou outro índice que vier a substituí-lo;

II - multa moratória de 2% (dois por cento), em caso de atraso;

III - juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além dos encargos previstos no inciso I.

§ 1º O prazo máximo para pagamento do financiamento será de 20 (vinte) anos, incluído o período de carência de até 03 (três) anos.

§ 2º Todos os financiamentos concedidos pelo FDE, aos órgãos e entidades referidas no parágrafo único do artigo 1º, deverão estar garantidos pelas formas legais habitualmente aceitas pelo fundo.

§ 3º Fica autorizado o FDE a aceitar os títulos de potencial construtivo, devidamente homologados e habilitados pela municipalidade concedente, em montante idêntico ao do financiamento tomado, como garantia integral daquele financiamento.

Art. 4º O Estado do Paraná celebrará os instrumentos legais necessários visando dar cumprimento ao disposto nesta lei.

Art. 5º Para fins de cumprimento e fiscalização da aplicação dos recursos disponibilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE fica instituído o Comitê de Gestão e Acompanhamento das Ações do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, relativas à Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, cuja composição será definida em ato específico.

§ 1º Os membros para compor o comitê instituído não farão jus à percepção de qualquer espécie de remuneração, sendo considerado como serviço público relevante.

§ 2º Para fins de estruturação e funcionamento do comitê fica autorizada a celebração de convênios específicos entre os órgãos e entidades envolvidos, inclusive a disposição funcional de servidores.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação desta lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/11/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELI

Apoioamento:

Alexandre Curi, Fernando Scanavaca, Ademir Bier e Teruo Kato.

O projeto será encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/10, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a sede do Município de Ariranha do Ivaí à PR-466. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 093/10, que objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar escritura pública de renovação amigável de doação, para devolução ao Município de Corbélia, de lotes urbanos do loteamento Cidade de Corbélia, pertencentes ao patrimônio do Estado do Paraná, registrados no Cartório de Imóveis da Comarca de Corbélia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 075/10, fica instituído o Sistema de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 9394, de 20/12/96 - Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 012/10, de 02/03/10, em Mensagens).**

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, na verdade o projeto está com a Comissão de Finanças, está comigo e eu sou o relator desse projeto. Então, gostaria que ele não fosse votado hoje, para esperar que venha o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos esperar o parecer, em que pese, Deputado Elio Rusch, quero crer que este projeto não tem muita razão de ser, até porque não tem impacto financeiro algum.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, embora V. Exa. já tenha decidido, o projeto não está autuado para ir para a Comissão de Finanças. Segundo, como qualquer Deputado pode acessar o projeto de lei que está sendo votado inclusive pela internet, pode verificar que não há nenhuma criação de cargo nesse projeto. Ele organiza e disciplina com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação o sistema de ensino da Polícia Militar, sem criar um único cargo. Ele não cria nenhum impacto financeiro.

Deveríamos estar votando esse projeto, que é extremamente importante para a Polícia Militar, é a organização do sistema de ensino da Polícia, não cria nenhum cargo e não tem impacto financeiro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Podemos votar a constitucionalidade do projeto e aí sim vai à Comissão de Finanças. O projeto foi restaurado.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. encontra-se com o projeto não sei por quê razão, porque ele foi encaminhado à CCJ e autuado para a Comissão de Finanças.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

O projeto está comigo, sou o relator.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Recebo a informação de que ele foi restaurado, porque ele desapareceu. Vamos votar a constitucionalidade dele e encaminhado à Comissão de Finanças.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

O projeto não desapareceu, ele está comigo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu tratei deste tema. Assiste razão ao Deputado Elio Rusch, porque ele está como relator, pela Comissão de Finanças, desse projeto. É absolutamente correto o que ele está fazendo. De fato não está autuado, mas ele está com o projeto, como relator, pela Comissão de Finanças.

Entendo também que não tem custos o projeto, mas enfim, salvo que pudesse ser aceito aqui pelo nobre Relator que fosse votado em 1ª discussão em termos de constitucionalidade, e não se votar em 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Foi essa a minha proposta ao Deputado Elio Rusch: que se vote a constitucionalidade e que se encaminhe imediatamente à Comissão de Finanças. Só volta para a Ordem do Dia depois do parecer da Comissão de Finanças.

O projeto hoje volta para a Comissão de Finanças, e se ele já está lá vai ser anexado ao seu parecer. Enquanto não tiver o seu parecer, não votamos, porque ele foi restaurado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Acho esquisito pôr na Ordem do Dia um projeto que ainda está na comissão. Quando você vota a constitucionalidade, quando os Deputados querem apresentar a emenda, eles já se preparam para apresentar a emenda no projeto. Se votarmos a constitucionalidade hoje, não sei quando vamos votar o mérito.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Só iremos votar depois do seu parecer. Fica bem claro.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Fica acordado, não se vota o mérito antes do parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nem se pode. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/10, de autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina o Colégio Estadual Maria Destéfani Griggio - Ensino Fundamental - o atual Colégio Professor André Luiz da Silva Prestes - Ensino Fundamental - localizado no Município de Cafelândia, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO DA CCJ. (**Publ. no DA nº 106/10, de 27/10/10, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 460/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, objetiva alterar denominação a nova ala do Colégio Estadual Professor André Luiz da Silva Prestes - Ensino Fundamental - para Colégio Estadual Maria Destéfani Griggio - Ensino Fundamental.

Ocorre que, a referida escola, municipalizada, em verdade. Foi reconstituída pelo Governo Estadual, razão pela qual, tem-se o formato de nova denominação.

Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa pode iniciar Leis Ordinárias e Complementares:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da

Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação, na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 23/11/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 460/10

Com escopo no que autoriza o Regimento Interno dessa Casa de Leis, em especial o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno, faz-se necessário a apresentação da seguinte emenda, passando o artigo 1º a ter a redação:

Art. 1º Fica denominada de Colégio Estadual Maria Destéfani Griggio - Ensino Fundamental, o novo Colégio Municipal Professor André Luiz da Silva Prestes - Ensino Fundamental, localizado no Município de Cafelândia - PR.

Sala das Comissões, em 23/11/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Fiz um requerimento pedindo a retirada para que a Comissão de Educação desse parecer, porque alguns Deputados, o Deputado Duílio Genari e o Deputado Lemos, dizem que tem uma parcela da comunidade que diz que é contra a mudança desse nome.

Então, a minha ideia é fazer uma Audiência Pública no local para tomar uma posição de conteúdo. O Deputado Nereu propôs que votássemos em 1ª discussão o projeto pela legalidade, viesse para a Comissão de Educação e tivesse o tempo necessário para tomar uma posição e fazer uma emenda, se fosse o caso, ou rejeitando o projeto.

Não sei se há concordância do Deputado Duílio e do Deputado Nereu, que são partes que têm posições diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Votamos a constitucionalidade e daí então encaminhamos à Comissão de Educação, para que decida através de uma Audiência Pública.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, sabia que havia um requerimento do Deputado Péricles solicitando que o projeto fosse enca-

minhado à Comissão de Educação. Entendi que o projeto, não iríamos votar a constitucionalidade hoje. Iria direto para a Comissão de Educação, antes de votar a constitucionalidade. Se não for aceito dessa forma, peço à minha assessora para entrar com o requerimento para solicitar a retirada desse projeto. Não concordo em votar a constitucionalidade, Sr. Presidente, porque é uma situação muito delicada. Até gostaria de conversar com o Deputado Nereu Moura, nós o respeitamos demais, a homenagem que ele quer prestar à essa pessoa é louvável, mas acho que temos que conversar sobre esse assunto. Não posso votar a favor desse projeto.

Solicito a V. Exa. que realmente atenda o Deputado Péricles de Mello para que o projeto seja enviado à Comissão de Educação. Solicito que não se vote a constitucionalidade.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4126, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.**

Vamos aprovar o requerimento do Deputado e vamos encaminhar imediatamente esse projeto à Comissão de Educação, para que se faça o devido ajuste.

Em votação o requerimento do Deputado Péricles. **Aprovado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 602/07; 316, 349, 384, 440, 458/10 e do Projeto de Resolução nº 027/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 137 e 424/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS
16ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e dez, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14 h, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Reni Pereira, Luiz Nishimori, Pedro Ivo e Antonio Belinati. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch solicita a dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 839/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, estabelece incentivos aos municípios que adotem sistema de disposição final de resíduos sólidos e de reciclagem, alterando os índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS estabelecido na Lei nº 9491, de 21/12/90. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA MODIFICATIVA. 02) Projeto de Lei nº 178/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/10, estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Pr. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Assume a presidência o Deputado Reni Pereira. 03) Projeto de Lei Complementar nº 212/08, de autoria do Deputado Edson Luiz Strapasson, institui um novo modelo de gestão à Região Metropolitana de Curitiba e seus Conselhos Deliberativo e Consultivo. Relator Deputado Pedro Ivo. Antes porém, o Deputado Edson Luiz Strapasson, faz o encaminhamento do projeto em tela, esclarecendo que as sugestões de emendas apresentadas na Audiência Pública, serão encaminhadas em Plenário. Encerrada a discussão, passamos a votação do Parecer que é FAVORÁVEL - APROVADO. O Deputado Antonio Belinati sugere encaminhar ofício ao Presidente Nelson Justus, solicitando que, quando a Sessão Plenária for transformada em Comissão Geral, seja designado como relator da proposta, um dos membros integrante da Comissão Permanente, que deveria analisar e exarar o parecer conclusivo. A proposta foi colocada em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
16ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e dez, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, às 17 h, sob a presidência

do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Reni Pereira, Luiz Nishimori, e Antonio Belinati. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch solicita a dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 150/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/10, objetiva modificar o artigo 5º da Lei Estadual nº 15200, de 10/06/06, que institui o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 208/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/10, institui o projeto de ação no âmbito do Paraná, conforme especifica. Relator Deputado Dobrandino Da Silva. FAVORÁVEL - APROVADO. Parecer lido pelo Deputado Elio Rusch. 03) Projeto de Lei nº 314/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/10, fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, alterando a composição do FUMPM, FASPM e alterando, também, a Lei de Promoção de Oficiais da PMPR, conforme especifica. Relator Deputado Dobrandino Da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Parecer lido pelo Deputado Reni Pereira. 04) Projeto de Lei nº 315/10, de autoria do Poder Executivo nº 067/10, solicita a aprovação de abertura de crédito especial ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei nº 16.369 de 29 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 137.696,00 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais), visando a aquisição de terreno para a ampliação do espaço físico da Escola Estadual Doutor Roque Vernalha. Relator Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
16ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dez, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14 h, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Reni Pereira, Luiz Nishimori, e Antonio Belinati. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Reni Pereira solicita a dispensa da lei-

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dez, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reunião do Plenário, às 17h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Reni Pereira, Pedro Ivo, e Antonio Belinati. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Dobrandino da Silva solicita a dispensa da leitura sendo a

(a) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

